

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**OS REFORMADORES EMPRESARIAIS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ANÁLISE
DA INFLUÊNCIA DO MOVIMENTO TODOS PELA BASE NACIONAL COMUM NO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCC**

Andresa Cóstola

Prof(a).Dr(a) Raquel Fontes Borghi

Rio Claro (SP)
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

ANDRESA CÓSTOLA

OS REFORMADORES EMPRESARIAIS E AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO
MOVIMENTO TODOS PELA BASE NACIONAL COMUM NO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCC

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel
em Geografia.

Rio Claro - SP
2018

ANDRESA CÓSTOLA

OS REFORMADORES EMPRESARIAIS E AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO
MOVIMENTO TODOS PELA BASE NACIONAL COMUM NO
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA BNCC

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel
em Geografia.

Comissão Examinadora

Prof(a).Dr(a) Raquel Fontes Borghi

Profª. Dra. Regiane Helena Bertagna

Prof. Dr. José Euzébio de Oliveira Souza Aragão

Rio Claro, 11 de Outubro de 2018.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

*Dedico este trabalho a meus pais, Adriana e Derval,
a minha irmã, Patricia, e a todos os colegas que me
ajudaram a trilhar o caminho até aqui.*

AGRADECIMENTOS

A professora doutora Raquel Borghi, por aceitar caminhar comigo neste projeto, pela dedicação e orientação ao longo desse ano. A professora doutora Maria Bernadete Carvalho, por ter aberto as portas da pesquisa e da docência com tanto amor e carinho (para sempre #FICAPIBID).

À turma 2014 de Geografia da UNESP/Rio Claro, em especial Daiane Leite, Nina Rodrigues, Thais Dias e Vinícius Marques, por terem tido a paciência e a firmeza de sempre me trazerem de volta a realidade quando preciso, e por aguentarem a minha companhia durante toda a graduação.

Ao meus colegas de Centro Acadêmico 2017, Gabriela Anobile, Tamires Fornazari, Mariana Lopes, Nájela Soares, Inná Saldanha, Felipe Hidalgo, Lucas Antunes, Rafael Andrade, Natan Prado, Wesley Messias (Guapu), Matheus Neves e Natanael Felipe de Paula, que tanto me fizeram crescer.

Ao Cursinho ATHO, por tornar a entrada na universidade um sonho possível, especialmente ao Professor, mestre e amigo, Ricardo Nagliati, pelas boas conversas, discussões e orientações acerca da pesquisa e principalmente, do amor compartilhado à docência.

E a tantos outros amigos e familiares que me apoiaram e incentivaram durante todo este processo. Eu me construo em vocês.

Muito obrigada!

O deus mercado organiza a economia, a vida
e financia a aparência de felicidade. Parece que
nascemos só para consumir e consumir.

Mujica, 2013

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito analisar a influência do empresariado na educação através das atuações do “Movimento Todos pela Base Nacional Comum” no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, foram realizadas análises documentais do documento da Base, revisões bibliográficas acerca do currículo, além da exploração dos materiais produzidos por esses sujeitos sociais que compõem o movimento supracitado, como a investigação sistemática de seu site. Identificando assim, os discursos presentes nestes documentos e suas reais intenções. Os resultados evidenciam que os reformadores empresariais que se apoiam nas ideias do estreitamento curricular, na verdade estão interessados nos diversos campos de atuação que se abrem com a efetuação da BNCC, como a produção de guias para a implementação da base; a produção de materiais de apoio ao ensino (livros didáticos, planos de aula, sítios na internet com conteúdos previamente formulados, etc.); avaliações externas; a formação inicial e continuada de professores, dentre outros. Incitando a criação de políticas educacionais brasileiras para com isso, poder ofertar as “soluções” para os “problemas” educacionais.

Palavras-chave: Políticas Curriculares. Neoliberalismo. Educação.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the influence of business reformers on education through the activities of the "Movimento Todos com Base Nacional Comum" in the process of creating the Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Therefore, were realized documentary analyzes of the Base document, bibliographic reviews about the curriculum, and the exploitation of the materials produced by these social subjects that are part of the aforementioned movement, such as the systematic investigation of their site. Thus identifying the discourses present in these documents and their real intentions. The results show that the business reformers who are based on the ideas of curricular narrowing are actually interested in the various fields of action that are opened with the BNCC, such as the production of guides for the implementation of the base; the production of teaching support materials (textbooks, lesson plans, websites with previously formulated content, etc.); external evaluations; the initial and continuing training of teachers, among others. Encouraging the creation of Brazilian educational policies in order to be able to offer the "solutions" to educational "problems".

Keywords: Curricular Policies. Neoliberalism. Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO	15
2.1. O conceito de currículo: compreendendo sua potencialidade	15
2.2. A teoria do capital humano na educação	20
3. A BNCC: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ATRAVÉS DA REFORMA CURRICULAR (?)	24
3.1. A BNCC antes da BNCC: leis que fundamentam sua construção	24
3.2. BNCC – Explorando a primeira versão	26
3.3. BNCC – Investigando a segunda versão	27
3.4. BNCC – Versão final(izada) por quem?	28
4. O “MOVIMENTO TODOS PELA BASE NACIONAL COMUM”: ANALISANDO DISCURSOS	33
4.1. Investigando o site do movimento	33
I. A construção da BNCC	34
a) Linha do Tempo	34
b) Homologação	36
c) Dúvidas Frequentes	37
II. Implementação	37
a) Guia Redes.....	37
b) BNCC em Profundidade	38
c) Competência Gerais.....	38
d) Benchmarks Internacionais	39
III. Quem somos.....	42
a) Pessoas.....	42
b) Apoio Institucional.....	46
c) Os 7 princípios para a construção da Base Nacional Comum	49

d) Conceito	50
IV. Biblioteca	50
a) A importância da Base	51
b) Análise da Primeira Versão	52
c) Análise da Segunda Versão	52
d) Experiências Internacionais	53
e) Estudos e pesquisas	56
V. Acontece	57
4.2. Analisando discursos	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
6. BIBLIOGRAFIA	65
ANEXOS 1 – Perguntas gerais retiradas do site do MBNC	75
ANEXO 2 – Orientações para reunião sobre currículo	78

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a lógica neoliberal, vivemos uma crise da educação latino americana quando nos referimos a qualidade, segundo essa corrente de pensamento, isso se dá pelos sistemas educacionais não se configurarem como “mercados escolares regulados por uma lógica interinstitucional, flexível e meritocrática” (OLIVEIRA R. D., 2003, p. 49). A solução para essa crise não se daria pelo maior investimento no setor educacional, mas, segundo os neoliberais, pela melhoria no gerenciamento, nivelamento do ensino e padronização na formação de professores e métodos avaliativos, além de incentivos à participação de recursos privados no sistema público de ensino.

Nesse sentido, o empresariado defende a reestruturação do sistema educacional brasileiro, se colocando como agentes deste processo, modificando a agenda de políticas educacionais e transformando a escola em um ambiente que irá beneficiar apenas o capital e o aumento da produtividade. Como salienta Oliveira (2003) “por possuir uma compreensão economicista e fragmentária acerca das múltiplas relações nas quais os indivíduos estão inseridos, [o empresariado] termina por valorizar muito mais o papel da escola como espaço de preparo do indivíduo para o mercado de trabalho” (p.51) reduzindo a educação aos interesses mercadológicos.

Este trabalho, portanto, busca contribuir com o debate acerca das relações destes sujeitos sociais com as políticas educacionais, ao analisar a influência do empresariado na educação. Para tanto, foram estudadas as atuações do “Movimento Todos pela Base Nacional Comum” (MBNC) no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular, buscando entender as inferências destes sujeitos sociais na elaboração deste documento que permeia todo o ambiente escolar.

O Movimento pela Base Nacional Comum foi construído em abril de 2013, segundo seu site (Movimento Pela Base Nacional Comum, 2016) para discutir a criação de uma base comum que promovesse “a equidade educacional e o alinhamento de elementos do sistema brasileiro”, na qual influenciasse na aprendizagem de cada estudante, na formação docente, nos recursos didáticos utilizados em sala, bem como nas avaliações externas, que classificam a qualidade da educação brasileira.

A composição deste Movimento, que se denomina uma iniciativa da sociedade civil, se caracteriza pela participação de diversas instituições, que se colocam como atuantes da área da educação “são organizações da sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, professores de sala de aula, gestores municipais, estaduais e federais, especialistas em currículos, avaliações e

políticas públicas”. De fato, existem professores presentes no Movimento, como doutores da Pontifícia Universidade Católica (PUC), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), citando apenas alguns. Contudo, em sua maioria são pessoas e instituições ligadas ao Banco Mundial, ao Banco Itaú, Unibanco, Fundação Lemann, Instituto Natura, Fundação Roberto Marinho, Todos pela Educação, Instituto Ayrton Senna, entre tantos outros. Todos eles se caracterizam como instituições sem fins lucrativos, que preconizam a educação pública de qualidade, apoiando “projetos inovadores em educação”, inspirando “iniciativas empreendedoras”, buscando o desenvolvimento da cidadania, pensando em uma “educação pautada na eficácia da aprendizagem [...] na coesão social” (Movimento Pela Base Nacional Comum, 2016).

Com isso, vemos que a maioria deste Movimento não faz parte efetivamente da área da educação, não são, em sua maioria, professores ou gestores escolares, mas sim instituições ligadas ao mercado financeiro. O MBNC se coloca como filantrópico, que trabalha apenas para a melhoria da educação brasileira, sem receber nada em troca, esse discurso foi analisado para compreender as reais intenções destes grupos.

Em vista do exposto, podemos aferir que o empresariado vem influenciando as políticas educacionais no Brasil, justificando que suas intervenções se dariam para tirar a educação deste quadro de caos que compromete a competitividade do país no cenário internacional (FREITAS, 2012). Pautando-se na educação baseada em resultados, o grande empresariado brasileiro traz para o ambiente escolar as ideias de modificações que são implementadas nos âmbitos da produção, reorganizando o processo educativo, como coloca Saviani (1986), “de maneira a torná-lo objetivo e operacional” (idem, p.15), planejando a educação para ser eficiente, neutra e produtiva, caracterizando deste modo, uma pedagogia tecnicista que coloca tanto o professor quanto o alunado em segundo plano.

O posicionamento desses sujeitos sociais em assumir um papel educacional e elaborar propostas que influenciam as políticas educacionais se dão com o intuito de construir escolas de cunho tecnicista, produzindo um conhecimento instrumental baseado apenas na racionalidade e produtividade. Nesse sentido, é essencial analisar o discurso desses grupos e instituições que se nomeiam sem fins lucrativos, mas que indiretamente irão lucrar com as reformas educacionais, seja no âmbito das editoras dos livros didáticos, seja no das empresas que visam ter mão de obra barata, com pouca qualificação, mas com competência produtiva, além de diversos outros setores do capital financeiro como o Banco Mundial, que investe em modelos educacionais do tipo (Secretariat of the International Consultative Forum on Education for All, 1990), atuando na educação pela disputa de orçamento.

Logo, a intenção deste trabalho foi analisar algumas destas instituições, mais especificamente as que fazem parte do Movimento Todos pela Base, entendendo com isso, quais as influências que este movimento infere no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular e considerar quais as possíveis consequências deste nas políticas educacionais brasileiras.

Para tanto, foram feitas análises pautadas em referenciais teóricos que embasaram a pesquisa, como Ball (2008) verificando a relação de privatização quem tem ocorrido em diferentes âmbitos da educação pública; Freitas (2012) com sua análise feita nos EUA sobre a influência dos reformadores empresariais nas políticas educacionais; Frigotto (2001) situando o vínculo entre educação e processo produtivo; Gentili (1998) ao explorar o impacto das políticas neoliberais no campo educacional; Montañó (2005) que desmitifica a ideia do terceiro setor como solução para a crise contemporânea do capitalismo; Saviani (1986) trazendo as premissas da pedagogia tecnicista; documentos provenientes da UNESCO que reproduzem as agendas do Banco Mundial para a educação a partir de publicações pautadas no “Education for All”; Shiroma (2011) que pensa as políticas educacionais e suas “adaptações” ao momento histórico em questão; entre outras autoras e autores que foram utilizados para a elaboração desta pesquisa.

Tendo deste modo, como objetivo principal, analisar a influência do empresariado na educação através das atuações do “Movimento Todos pela Base Nacional Comum” no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para contemplar o objetivo geral, foram realizados os seguintes procedimentos específicos: i) Identificar quais os membros e instituições envolvidas com o MBNC; ii) Investigar os discursos disseminados por este grupo a partir da avaliação de seu site, vídeos e documentos produzidos; iii) Averiguar quais foram as influências geradas por estes na construção da Base Nacional Comum Curricular e por fim, vi) Considerar as possíveis consequências deste processo de intervenção do movimento empresarial nas políticas educacionais brasileiras.

Para tanto, foi adotado o método indutivo, partindo da análise da atuação do Movimento na construção da BNCC, para entender a influência dos reformadores empresariais nas políticas educacionais. Utilizando de métodos de análises bibliográficas do currículo; do discurso dos reformadores empresariais – suas intenções e projetos de privatização; o estudo documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); além dos materiais produzidos pelo Movimento Todos pela Base – vídeos, artigos, site e etc. Investigamos também, o contexto de influência desses sujeitos sociais e nos embasamos em referenciais teóricos, como os acima mencionados.

Posterior essas análises, identificamos as inferências do “Movimento Todos pela Base Nacional Comum” no processo de construção da Base Nacional Comum Curricular, considerando as consequências deste processo no sistema educacional brasileiro, identificando com isso, a influência do empresariado nas políticas educacionais.

O presente trabalho, portanto, se estrutura da seguinte maneira: Capítulo 1 – apresentamos as diferentes concepções de currículo, suas significâncias, bem como a perspectiva economicista da educação através do estudo da Teoria do Capital Humano, demonstrando, com isso, as potencialidades existentes na construção de um currículo e como este é constantemente permeado por lutas e embates; Capítulo 2 – elencamos as leis que fundamentam a existência de uma base curricular nacional, além de apresentar as três versões da BNCC e seu processo de construção; Capítulo 3 – investigamos o “Movimento Todos pela Base Nacional Comum” (MBNC), através da análise de seu site, documentos que este apoia e/ou faz parte de sua elaboração; e encerramos com as reflexões finais.

2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO

Ao analisar o currículo, percebemos uma problemática chave: não existe consenso sobre a concepção de currículo. Além do fato de existirem diferentes currículos coexistindo e sendo trabalhados ao mesmo tempo por gestores, professores e alunos. Neste capítulo, abordaremos essas diversas acepções, as consequências da falta de sistematização para a teorização do conceito, além de apresentar a potencialidade do currículo como um projeto seletivo de cultura, que é permeado por lutas, embates e tensões.

2.1. O conceito de currículo: compreendendo sua potencialidade

Para iniciar a discussão acerca do currículo, é necessário entender todos os elementos que estão presentes explicita e implicitamente em um currículo.

A prática a que se refere o currículo (...) é uma realidade prévia muito bem estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, etc., atrás dos quais se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores e etc. que condicionam a teorização sobre o currículo (SACRISTÁN, 2000, p. 13).

Todos esses elementos apresentados no trecho acima por Sacristán (2000), as crenças, os valores, os comportamentos políticos e administrativos, que mascaram muitos pressupostos, estão presentes em toda prática curricular. Contudo, antes de analisarmos estes pressupostos embutidos nas práticas, abordaremos aqui as diversas definições de currículo, para tornar palpável as razões pelas quais o currículo não se encontra adequadamente sistematizado nos dias de hoje.

Diferentes estudiosos definem o currículo de inúmeras formas, vejamos algumas apresentadas por Sacristán (2000):

- a) Segundo Grundy (1987) o currículo seria um organizador das práticas educativas;
- b) Para Rule (1973) o currículo é entendido como guia da experiência que o estudante obteve na escola, “como conjunto de responsabilidades da escola para promover uma serie de experiências” (idem, p.14), sendo elas experiências proporcionadas intencionalmente ou não;
- c) Para Young (1980) o currículo seria como um “mecanismo através do qual o conhecimento é distribuído socialmente” (idem, p.20);

- d) Pode ser entendido também como um conjunto de conhecimentos a serem aprendidos pelos estudantes em dado ciclo;
- e) Como um programa de atividades planejadas, ordenadas, ou seja, um manual do professor;
- f) Ainda trazer os resultados pretendidos no processo de ensino aprendizagem;
- g) Pode ser visto também, como concretização do plano de sociedade, contendo conhecimentos e valores;
- h) Também como conhecimento que possibilite o desenvolvimento do alunado;
- i) Como tarefas e habilidades que os estudantes precisam adquirir – aqui podemos inserir a formação profissional;
- j) Até mesmo como possibilidade de mudança social, a partir da transmissão de conteúdos e valores que visem melhorar a sociedade;

Quer dizer, segundo Sacristán (2000), o currículo pode ser analisado de formas distintas; o autor, assim, organiza suas divergentes concepções, acepções e perspectivas, e as diferencia a partir de cinco âmbitos formais:

- O ponto de vista sobre sua *função social* como ponte entre a sociedade e a escola.
- Projeto ou *plano educativo*, pretensão ou real, composto de diferentes aspectos, experiências, conteúdos, etc.
- Fala-se do currículo como a *expressão formal e material desse projeto* que deve apresentar, sob determinado formato, seus conteúdos, suas orientações e suas sequências para abordá-lo, etc.
- Referem-se ao currículo os que o *entendem como um campo prático*. Entende-lo assim supõe a possibilidade de: 1) analisar os processos instrutivos e a realidade da prática a partir de uma perspectiva que lhes dota de conteúdo; 2) estudá-lo como território de intersecção de práticas diversas que não se referem apenas aos processos de tipo pedagógico, interações e comunicações educativas; 3) sustentar o discurso sobre a interação entre a teoria e a prática em educação.
- Referem-se a ele os que exercem um tipo de *atividade discursiva acadêmica e pesquisadora* sobre todos estes temas. (Sacristán, 2000, p. 14-15).

Vemos aqui que o conceito de currículo traz diferentes sentidos e significados, logo, entende-se que este é um conceito polissêmico “trata-se de acepções, as vezes parciais, inclusive contraditórias entre si, sucessivas e simultâneas desde um ponto de vista histórico, dirigidas por um determinado contexto político, científico, filosófico e cultural” (SACRISTÁN, 2000, p. 14). Com isso, torna-se extremamente importante a definição de currículo, pois este descreve a concretização das funções da escola em dado momento histórico.

É fundamental compreender que os currículos desempenham diferentes funções em cada nível educativo, o que dificulta a teorização ordenada do mesmo, como já mencionado,

entretanto, vemos a importância deste ser pensado para cada nível separadamente, avaliando seus conteúdos, os códigos pedagógicos e as ações práticas, para que assim, os conteúdos ganhem valor de fato e sejam adequados para cada momento do processo de aprendizagem.

Além desses elementos já mencionados, que devem ser levados em consideração quando estudamos o currículo, temos também que considerar os diversos agentes que interferem na sua elaboração e na sua prática, “os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo (...) enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado” (SACRISTÁN, 2000, p. 17). Isto é, a escola, inserida em um contexto social, econômico e político, não consegue propor um projeto neutro, logo, o currículo vai refletir, sempre, o conflito de interesses existentes dentro de dada sociedade, além de transmitir os valores dela dominantes.

“A escola em geral (...) sob qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente a cultura, que se concretiza, precisamente, no currículo que transmite” (SACRISTÁN, 2000, p. 17), vemos que o sistema educativo, como aponta o autor, serve a certos interesses, esse são refletidos diretamente nos currículos. Assim, “os interesses pelos problemas relacionados com o currículo não é senão uma consequência da consciência de que é por meio dele que se realizam basicamente as funções da escola como instituição” (idem, p.17).

Dessarte, vemos que o campo do currículo se configura como uma organização social complexa, e não apenas por um corpo de conhecimentos, é portanto, um campo de atividades que envolve diversos agentes em seu processo e aplicação. Segundo Beauchamp (SACRISTÁN, 2000), o currículo, por criar esses campos de ações diversas, se torna um “sistema curricular”, que envolve diferentes agentes e forças¹ que influenciam diretamente em sua construção. Como podemos ver neste trecho extraído do livro de Sacristan (2000).

Sobre o currículo incidem as decisões sobre os mínimos a que se deve ater a política da administração num dado momento, os sistemas de exames e controles para passar para níveis superiores de educação, assessores e técnicos diversos, a estrutura do saber de acordo com os grupos de especialistas dominantes num dado momento, elaboradores de materiais, os seus fabricantes, editores de guias e livros-textos, equipes de professores organizados, etc. (idem, p.101).

As decisões tomadas em todo esse sistema são feitas por agentes que atuam com diferentes interesses e poderes, por vezes interesses até contraditórios. Aqui podemos compreender como o currículo é um campo de constante conflitos e disputas, esses embates se

¹ Uma das forças atuantes é a Teoria do Capital Humano, que será abordada mais à frente neste capítulo.

dão de diversas formas ao longo dos diferentes momentos históricos, logo, é de suma importância analisar o contexto em que se cria o currículo. Entender que o currículo não é a-histórico é compreender que este é mutável, o que torna necessário analisar as forças que imperam em dado momento, sendo este o objetivo central desta pesquisa.

Ao explorar as instâncias que definem o currículo, vemos a total falta de comunicação entre as partes – os formuladores e os aplicadores – que executam suas funções sem nenhum tipo de comunicação entre si. Como é o caso dos professores; deixamos a técnica pedagógica como responsabilidade destes, enquanto os conteúdos de sua prática são incumbidos do setor administrativo.

Se pensamos em um currículo que possibilite uma mudança social efetiva, é necessário que envolvamos todos os agentes que participam e são afetados por este currículo, direta ou indiretamente, como os professores, estudantes, gestores, pais, intelectuais, forças sociais, etc., construindo um currículo coletivo, tangível e cabível naquele espaço-tempo. Uma vez que, se analisarmos modelos verticais de reformas educacionais e/ou de mudanças curriculares, observaremos que a maioria delas teve resultados terrivelmente negativos, como foi o caso dos Estados Unidos, que no final da década de 1990 e início dos anos 2000 implementou sistemas verticais de governança escolar e bruscas alterações curriculares. Segundo estudos (RAVITCH, 2011), os departamentos de educação de diversos estados dos EUA foram tomados por empresários que não possuíam nenhum tipo de ligação com a educação e que se incumbiram de todas as decisões a serem tomadas, rankiando escolas através de provas de rendimento, fechando outras várias que não atingissem dadas pontuações nessas avaliações externas, engessando o trabalho dos professores “todas as lições e atividades do dia sendo definidas em uma ordem e com detalhes preciosos” (idem, p.90); implementando assim, um “modelo corporativo de controle hierárquico e vertical” (idem, p.91).

Toda essa reforma não apresentou resultados efetivos “uma grande proporção de estudantes chega na nona série com as habilidade que correspondem a dois, três ou mesmo quatro anos abaixo de sua série” (estudo realizado por Clara Hemphill e Kim Naver, 2009 *apud* Ravitch, 2011).

Faz mais sentido perguntar se uma política de coerção pode criar boas escolas. Podem os professores ensinar com sucesso crianças a pensarem por si mesmas se eles não são tratados como profissionais que pensam por si mesmos? Podem os diretores serem líderes inspiradores se eles devem seguir ordens quanto aos mais mínimos detalhes da vida diária nas salas de aula? Se uma política de endurecer rouba os professores de sua iniciativa, de sua habilidade e de seu entusiasmo, então é difícil de acreditar que os resultados valem a pena (RAVITCH, 2011, p. 86).

Isto posto, salientamos a importância de se construir um currículo coletivamente, pois existem diversos exemplos que demonstram a ineficácia de reformas educacionais feitas verticalmente.

Ao pensar nessas forças que envolvem toda a construção de um currículo, é preciso antes, entender que existe um cruzamento de influências e atividades que o envolvem, Sacristán (2000) introduz um modelo explicativo em seis níveis que demonstra cada fase do processo de construção curricular, sendo elas: **a)** O primeiro é o **Currículo Prescrito**: “são aspectos que atuam como referência na ordenação do sistema curricular, serve de ponto de partida para a elaboração de materiais, controle do sistema, etc.” (idem, p.104) ou seja, são as prescrições legais do currículo, suas normas e diretrizes; **b)** O segundo é o **Currículo Apresentado** aos professores, este se configura por meios que “traduzem” os conteúdos do currículo prescrito para os educadores, muitas vezes de forma genérica, o que torna a orientação pouco educativa, temos a exemplo os livros didáticos, chamados por Sacristán de livros-textos; **c)** O terceiro é o **Currículo Moldado** pelos docentes, construído a partir das experiências profissionais dos professores que são “agentes ativos muito decisivos na concretização dos conteúdos e significados dos currículos” (idem, p.105), utilizando das normas e diretrizes, somadas às especificidades de seu alunado; **d)** O **Currículo Em Ação** é o quarto, que diz respeito à prática real, que sustenta a ação pedagógica, isto é, “o significado real do que são as propostas curriculares” (idem, p.105); **e)** O quinto diz respeito ao **Currículo Realizado**, este aborda a consequência da prática que produz efeitos complexos no alunado e nos professores, efeitos estes que são cognitivos, afetivos, morais, etc.; **f)** O sexto e último trata-se do **Currículo Avaliado**, que basicamente tem como função “controlar” o saber, em outras palavras, este currículo ressalta determinados conteúdos em detrimento de outros, o que acaba por impor “critérios para o ensino do professor e aprendizagem dos alunos” (idem, p.106).

Além dessas fases do currículo, é crucial entender também as diversas significâncias implícitas nele, a exemplo, temos o currículo como uma seleção particular da cultura, onde o currículo se torna um meio de distribuir o conhecimento socialmente, ou seja, segundo Bernstein (SACRISTÁN, 2000), o currículo define quais são os conhecimentos válidos a serem passados pelas instituições escolares e a avaliação considera a realização válida deste conhecimento.

O currículo deste modo, define o que deve ser passado e o que não é relevante para passar ao alunado, define toda a natureza do saber distribuído pela escola “A ausência de conteúdos válidos é outro conteúdo, e as práticas para manter os alunos dentro de currículos insignificantes para eles são todo um currículo oculto” (SACRISTÁN, 2000, p. 20). Apresenta-

se aqui a hipótese levantada por Borghi (2018) de que o “setor privado é a grande força nas disputas ao longo do processo de desenvolvimento curricular” (idem, p.02), como foi o caso dos EUA mencionado anteriormente, onde os reformadores empresariais se envolveram em cada nível do sistema de ensino (RAVITCH, 2011), com o intuito de tornar a educação uma mercadoria. É exatamente isto que Borghi (2018) nos apresenta; no Brasil, a influência do empresariado na educação tende a seguir uma lógica de mercado, que reduz o ser humano apenas a sua capacidade laboral. Segundo a autora, o Movimento Todos pela Base Comum Curricular (MBNC), organização foco deste projeto, seria um dos movimentos que interfeririam fortemente no processo de construção do currículo prescrito, o que avaliaremos mais detalhadamente no decorrer desta pesquisa, além de intervir também no treinamento de professores e assessoria aos municípios para a implementação da BNCC.

Assim, vemos que devido à pressão exercida por diversas frentes, que exigem a adaptação dos conteúdos para atender as evoluções culturais e principalmente econômicas da sociedade, os currículos tendem a sofrer constantes mudanças. Passamos, portanto, nos dias atuais, por um novo processo de modificação dos currículos, um processo no qual vemos o setor privado interferir diretamente em sua elaboração. Este setor possui uma compreensão economicista e fragmentária, isto é, pensam as instituições escolares como um “espaço de preparo do indivíduo para o mercado de trabalho” (OLIVEIRA R. , 2003), o que acaba por desqualificar a função social transformadora da escola.

Carvalho (2008) afirma que ao colocarmos a educação como meio de ascensão econômica individual, deixamos a função pública da educação de lado, a função de iniciação à um mundo comum, perdendo o significado ético-político, o sentido público de fato, para administrar interesses privados e econômicos individuais.

2.2. A teoria do capital humano na educação

Quando vemos esses princípios serem exaltados em detrimento dos interesses públicos e coletivos, torna-se impossível não discutir sobre como temos visto a educação na atualidade. A perspectiva economicista da educação esta presente desde antes da discussão trazida pela Teoria do Capital Humano desenvolvida por Theodor Schultz na década de 1950, e está tem sido posta em pauta assiduamente na atualidade quando se discute a efetividade da educação; segundo a teoria é através dos investimentos no capital humano que pode-se obter uma

ampliação da produtividade econômica, e assim, das taxas de lucro do capital (SCHULTZ, 1967).

Seguindo essa linha de pensamento, cria-se uma concepção de que a responsabilidade do crescimento econômico, bem como do crescimento individual de cada cidadão, depende pura e exclusivamente da sua capacidade de acumular conhecimento, depositando no indivíduo a responsabilidade por sua condição social, além de situar a educação como fator primordial na distribuição social da renda, deixando completamente a margem as classes sociais e o caráter estrutural da desigualdade social (SILVA & LENARDÃO, 2010).

Dessarte, quando aplica-se a teoria do capital humano na educação, gera-se uma concepção tecnicista da organização da educação e do ensino em si, o que submete a educação a um mero mecanismo de crescimento econômico (que foi abordada por Schultz como a educação em prol do desenvolvimento do país), e individual (onde podemos ver a atuação empresarial na atualidade, que investe no indivíduo) tornando a educação apenas mais um valor econômico (MINTO, 2006) uma mercadoria a ser vendida. Vejamos como Schultz (1967) apresenta a teoria ligada à educação.

É realmente, uma das funções da educação atender as solicitações de um país, nesse aspecto. Muita coisa pode ser dita com referência a conceituação de Harbison onde se vê que apreciáveis modificações, e um rápido desenvolvimento da instrução, são necessários afim de proporcionar a mão de obra qualificada que uma economia em crescimento logo exigirá. Uma concepção, baseada em investimento na instrução e em rendimentos potenciais, pode ser mais acorde com exigências lógicas para determinação de ótima distribuição e elevada taxa de rendimento para os capitais aplicados (Schultz, 1967, p. 58, grifos da autora).

Este trecho explicita como a teoria traz seus objetivos para servir aos interesses do capitalismo, vinculando a educação ao ideário mercadológico (SILVA & LENARDÃO, 2010). Isto é, segundo Schultz (1967), este investimento pode aumentar os ganhos produtivos do trabalhador, o que acaba por subordinar a função social da educação às meras demandas do capital, formando os trabalhadores somente para o processo de produção, tirando o objetivo principal da educação que é, segundo Saviani (2000), romper com os mecanismos de adaptação, concepção com a qual compactuamos.

Essa concepção tecnicista da educação fica explícita em seu livro “O Valor Econômico da Educação”, onde Schultz compara a escola com uma empresa, e as instituições educacionais com indústrias. Nitidamente, sua teoria vê a educação apenas como mecanismo para gerar o crescimento econômico e manter o status quo.

Além dos pontos elucidados acima, acerca da teoria do capital humano, observamos ainda um dos elementos principais da pesquisa de Schultz sobre o capital humano na educação;

está seria o custo de fato, da educação. Classificado pelo “preço da instrução”, Schultz (1967) apresenta dois meios de geração de custos, um deles seria os estudantes que deixam de receber salários, pois frequentam as instituições escolares, não fazendo, portanto, parte da População Economicamente Ativa (PEA), mesmo estando em idade ativa (PIA) para o trabalho (idem, p.47); desse modo, o autor classifica o “frequentar a escola” como uma despesa para o Estado. A outra despesa, se refere a mais um fator que influencia no custo da educação, a isenção de impostos “as escolas, normalmente gozam de privilégios fiscais; por exemplo: não pagam impostos referentes aos prédios escolares, equipamentos e serviços” (idem, p.52). Esses dois elementos caracterizam os principais custos da educação para o autor.

Frigotto (1993) ao analisar a teoria do capital humano, mostra como a educação, para Schultz, se torna um meio de elevar o “potencial humano” em prol do crescimento econômico.

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macro econômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda, consequentemente, de mobilidade social (idem, p.41, grifos da autora).

Frigotto (1993) expõe, neste trecho, como o processo educativo se torna responsável por desenvolver algumas capacidades no futuro trabalhador, e como este, passa a ser auto responsabilizado pela sua posição social, deixando, como já mencionado, as distinções de classes completamente de lado. É importante frisar aqui, que não nos colocamos contrárias a ideia de que o investimento em educação promova uma mobilidade social, entretanto, apenas isto não sanará todos os problemas sociais existentes. Ao mascararmos os verdadeiros problemas, colocamos as desigualdades sociais como uma questão conjuntural e não como uma questão estrutural, originada das relações imperialistas (KUENZER, 1997).

Como apresenta a autora Kuenzer (1997), a escola passa a formar seus alunos para atuarem no processo de produção, sem instigar nenhum tipo de criticidade em seus conteúdos, posicionando a educação a um simples caráter adaptativo e mantendo a sociedade de classes. Seguindo este ponto de vista, vemos como hoje os ideais da Teoria do Capital Humano tem aparecido com mais veemência, “entrelaçados com os objetivos educacionais das agências multilaterais como a UNESCO” (idem, p.524)

Estes organismos internacionais delineiam o modelo educacional a ser seguido através de políticas, programas e projetos, e segundo estas agências, seguindo estas recomendações os países podem alcançar um ótimo patamar educacional e poderão concorrer plenamente no mercado mundial (Silva & Lenardão, 2010, p. 524-525).

Com esse discurso da concorrência no mercado mundial, vemos o crescente pensamento de que o investimento no capital humano irá promover tanto o desenvolvimento na área econômica, como a competitividade de diversos países “As habilidade adquiridas pelo homem através da educação são um tipo de capital, e contribuem para uma produtividade maior, daí advindo a tendência do homem moderno para, cada vez mais, investir no próprio homem” (Schultz, 1967, contracapa).

Ao analisarmos esta teoria, vemos que a educação passa a ser um mecanismo que adequa os indivíduos e os enquadra no sistema imposto – o capitalismo –; essa torna-se um mero instrumento para a manutenção e crescimento desse sistema desigual e classista, onde a distribuição do saber é produzido segundo as necessidades do capital (SILVA & LENARDÃO, 2010).

3. A BNCC: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ATRAVÉS DA REFORMA CURRICULAR (?)

Excluir os pais e o público de decisões importantes sobre as políticas da educação, ou desconsiderar os educadores que trabalham com os estudantes diariamente não resolve problema algum. A educação pública é uma instituição vital em nossa sociedade democrática, e sua governança deve ser democrática, aberta à discussão pública e à participação pública (RAVITCH, 2011, p. 111)

A Base Nacional Comum Curricular foi construída a partir de documentos que preveem sua criação, como a Constituição Federal de 1988, o Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (PEREIRA, 2017). Neste capítulo, abordaremos essas leis que fundamentam a existência de uma base curricular nacional, bem como apresentaremos as três versões da BNCC, que foram construídas ao longo dos últimos três anos (2015 – 2018).

3.1. A BNCC antes da BNCC: leis que fundamentam sua construção

Uma base curricular comum que visasse estabelecer parâmetros mínimos para o ensino fundamental, já era mencionada na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, do Capítulo III, da Seção I.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (Constituição Federal, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, é outro documento que determina a adoção de uma base comum, em seus Artigos 9º e 26.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (Presidência da República, Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015);

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Presidência da República, Redação da Lei nº 12.796, de 2013).

Além das leis mencionadas, há ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais, onde em seu Artigo 14 do Capítulo II, é expresso a constituição de um currículo nacional para a educação básica.

A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010)

Conjuntamente o Plano Nacional de Educação (PNE), aponta as metas que envolvem uma base nacional, como mostramos em sequência.

2.2) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei², a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

3.3) pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;

7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local (Presidência da República, Lei nº 13.005, 2014).

Pontos comumente frisados nas leis acima, se referem aos conteúdos mínimos que serão assegurados pela base através da standardização dos currículos causando assim, uma formação básica comum a todos os estudantes.

Ao abordar a “formação básica comum” nos deparamos com uma problemática fundamental, pois, ao oferecer conteúdos iguais à estudantes com experiências sociais e de conhecimentos diferentes, não atingiremos a igualdade anunciada pela base, além de que como nos apresenta a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), em um documento que contesta a base, a BNCC “define onde se quer chegar, e não de onde se parte (...) dessa forma, ela não é uma base, mas um teto, um limite pré-determinado” (Associação Brasileira de Currículo - ABdC, 2017), que representará nas avaliações externas todo o conteúdo a ser cobrado, transformando a parte diversificada – tão mencionada nas leis acima – em conteúdos mortos,

² § 5º Será criada uma instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

que não serão cobrados e nem abordados nas avaliações, nos livros didáticos ou nas formações iniciais e continuadas que terão a BNCC como parâmetro.

3.2. BNCC – Explorando a primeira versão

A primeira versão da base tem como intuito iniciar a discussão sobre como seria uma base comum nacional, trazendo, de forma menos extensa que sua segunda versão, concepções de currículo e perspectivas de ensino; assumindo, segundo seu documento, um sentido estratégico para atender os desafios da formação cidadã, profissional e pessoal dos jovens estudantes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015).

Em sua apresentação, o documento afirma que a BNCC mudará a formação inicial e continuada dos professores e os materiais didáticos a serem trabalhados em sala, com o objetivo principal de nortear “o ensino, o aprendizado, a formação docente e o material didático em nossa sociedade (...) sinalizando percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015, p. 2).

O documento segue apresentando os 12 direitos de aprendizagem que o orientam, que se referem basicamente, ao i) desenvolvimento pessoal e cidadão; ii) ao desenvolvimento cognitivo; iii) a saúde dos estudantes e do meio em que vivem; iv) a diversas formas de comunicação (fala, corpo, arte, escrita); v) a história e geografia de seu povo; vi) a apreciação da cultura; vii) aprender a se posicionar e intervir em diferentes situações; viii) conseguir vincular teoria com a prática; ix) acerca da formação e sentido da vida humana; x) desenvolver habilidades para o trabalho; xi) identificar e conduzir seu projeto de vida; xii) identificar seus direitos e deveres enquanto cidadão brasileiro.

A BNCC, após elencar todos esses direitos que devem ser garantidos aos estudantes, afirma que a escola não é a única instituição responsável por assegurar esses direitos, mas que ainda assim, deve-se mobilizar todas as áreas do conhecimento para possibilitar a obtenção destes direitos fundamentais.

O documento segue descrevendo os ambientes propícios para a Educação Infantil, faz o mesmo com a Educação Fundamental. Dá sequência abordando a continuidade dos processos de aprendizagem, que de um ciclo para o outro devem sempre ter continuidade no desenvolvimento social e afetivo do estudante. Discorre ainda, sobre interdisciplinaridade e apresenta, separadamente, as competências curriculares e os objetivos de aprendizagem que

constituem cada área do conhecimento – ciências da natureza, ciência humana, linguagens e matemática.

Segundo a BNCC, os conteúdos são separados em quatro áreas para “superar a fragmentação na abordagem do conhecimento escolar pela integração e contextualização desses conhecimentos, respeitando-se as especificidades dos componentes curriculares que integram as diferentes áreas” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015, p. 15).

3.3. BNCC – Investigando a segunda versão

A segunda versão da BNCC, que conta com 652 páginas – mais que o dobro da primeira versão, que continha 302 páginas – inicia-se com os nomes de todos os envolvidos na revisão, desde os representantes do Ministério da Educação, CONSED, UNDIME, até a equipe de assessores e especialistas e da comissão especializada de cada área do conhecimento, e dos responsáveis pela sistematização das contribuições obtidas com a primeira versão da base.

O documento da segunda versão inicia-se trazendo as leis que sustentam a construção da BNCC, e apresenta as quatro políticas nacionais que decorrem da BNCC, a política nacional de formação de professores, a política nacional para a produção de materiais e tecnologias educacionais, a política nacional de infraestrutura escolar e a política de avaliação da Educação Básica. Essas quatro políticas “articulam-se para garantir as condições que geram a qualidade da Educação Básica” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSED, UNIDME, 2016, p. 26).

Em sequência o documento explica todo o processo de elaboração da base, desde as reuniões, seminários, debates, fóruns, que envolveram a participação de “diferentes atores envolvidos com a educação básica” (idem, p.29), até as consultas públicas, que foram sistematizadas, segundo o documento, por equipes de pesquisadores da UnB e da PUC-Rio.

Posterior a isso, apresenta os princípios da BNCC e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Em conformidade com eles são definidos os objetivos gerais de formação para cada etapa de escolarização, ou seja, define os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos componentes curriculares.

As especificidades das modalidades da Educação Básica também são apresentadas nesta parte do documento, sendo elas a Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial na Perspectiva Inclusiva; Educação do Campo; Educação Escolar Indígena; Educação Escolar Quilombola; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos.

Apresentam ainda a organização das etapas de escolarização, onde a Educação Infantil é dividida em três faixas etárias, com cinco principais ações que orientam os processos de aprendizagem e desenvolvimento “conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSED, UNIDME, 2016, p. 44). O Ensino Fundamental é separado em duas fases, os anos iniciais – 1º à 5º ano – e os anos finais – 6º ao 9º ano; seus eixos de formação são: Letramento e Capacidade de Aprender, Leitura do Mundo Natural e Social, Ética e Pensamento Crítico e Solidariedade e Sociabilidade. O Ensino Médio é dividido entre Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura, com quatro eixos de formação: Letramento e Capacidade de Aprender, Solidariedade e Sociabilidade, Pensamento Crítico e Projeto de Vida e Intervenção no Mundo Natural e Social.

Finaliza trazendo os temas especiais na estrutura da BNCC, que são Economia, educação financeira e sustentabilidade; Culturas indígenas e africanas; Culturas digitais e computação; Direitos humanos e cidadania e Educação ambiental, discutindo uma a uma separadamente.

3.4. BNCC – Versão final(izada) por quem?

No documento final iniciamos com os nomes das parcerias e apoios realizados na elaboração desta terceira e última versão da base. Como parceiros são mencionados o CONSED e UNDIME e no apoio temos aqui o Movimento pela Base – que será analisado no próximo capítulo.

O documento segue com uma breve apresentação da base, trazendo-a como um documento de caráter normativo, que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todo estudante tem o direito de desenvolver ao longo dos anos escolares, explicita ainda, como este foi “fruto de amplo processo de debate e negociação com diferentes atores do campo educacional e com a sociedade brasileira” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 5), apontando o histórico do processo de construção da BNCC.

Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos, traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), a BNCC será referência nacional para a elaboração de currículos e propostas pedagógicas, que

Vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta

de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 8)

Espera-se que a base seja a balizadora da qualidade da educação, ou seja, que garanta o direito de todos os estudantes a se desenvolverem e aprenderem plenamente, contribuindo de forma ativa no desenvolvimento da consciência cidadã de todos os estudantes.

Com isso, elenca os marcos legais que embasam a construção de uma base comum curricular – Constituição Federal de 1988, art. 205 e 210; LDB, inciso IV, art. 9º e 26; Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014. Segue abordando o pacto interfederativo, onde o adequado funcionamento do regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios se torna crucial para alcançar os objetivos trazidos pela BNCC.

Um dos objetivos elencados em sequência remete-se ao compromisso da base com a educação integral dos estudantes, isto é, objetiva a formação e o desenvolvimento humano e global, “visa a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 23), preparando-os para lidar com os desafios da sociedade contemporânea.

A base adota dez competências gerais para nortear seu trabalho, sendo elas:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, pp. 18-19)

Como apresenta o documento “esse conjunto de competências explicita o compromisso da educação brasileira com a formação humana e integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017, p. 19), trazendo a responsabilidade de uma sociedade justa, democrática e inclusiva à instituição escolar, que realizará esse desafio apenas com um documento que elenca componentes curriculares a serem seguidos.

Dando sequência ao documento, este apresenta a estrutura geral e os elementos que compõem a base, elencando seis direitos de aprendizagem para a Educação Infantil – conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se – ao considerar os direitos de aprendizagem, a base estabelece campos de experiência, no qual em cada campo há objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, organizados em três grupos de faixas etárias.

O Ensino Fundamental é organizado em quatro áreas do conhecimento – Linguagens (Português, Artes, Educação Física e Inglês); Matemática (Matemática); Ciências Naturais (Ciências); e Ciências Humanas (Geografia e História) –, que tem como objetivo favorecer a comunicação entre os conhecimentos. Cada área do conhecimento abarca seus componentes curriculares, e cada componente curricular possui um conjunto de habilidades relacionadas à conteúdos, conceitos e processos, que são organizados em unidades temáticas.

A BNCC ainda indica diversas problemáticas, como: a) desqualificação do trabalho docente e responsabilização deste pelo desempenho dos estudantes; b) entendimento restrito e conteudista do conhecimento; c) racionalidade técnica e instrumental ao vincular o currículo e

avaliação em larga escala, dando ênfase à Língua Portuguesa e Matemática em detrimento do processo de formação integral do educando; d) enfoque curricular tecnicista; e) ausência de articulação entre as modalidades da Educação Básica, como a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação de Jovens e Adultos (EJA); f) falta de articulação com a educação básica do cidadão (Dourado & Oliveira, 2018).

3.5. Reconhecendo interesses

Compilando essas informações acerca dos documentos da base, podemos compreender as diversas finalidades existentes por trás deste documento final. Sujeitos ocultos que participaram ativamente de seu processo possuem interesses que buscam definir uma concepção de educação que atenda ao mercado financeiro, como já mencionamos no capítulo anterior, ao abordar a teoria do capital humano e sua influência na educação.

Temos portanto, um documento que se diz coletivo, atrelado ainda ao mito do empoderamento do professor, que passa a ser visto como um sujeito com força política, onde “suas angústias e lutas são representadas no documento construído coletivamente” (Barreiros, 2017). Entretanto, como afirma Girotto (2017), com a BNCC temos um documento que cumpre a função de controle técnico do trabalho docente, assim como tem sido feito pelo do currículo do Estado de São Paulo.

Está lógica curricular não possibilita o entendimento da escola enquanto um espaço-tempo em construção, diversa em seus sujeitos, saberes e práticas. Ao contrário, busca um controle desde fora com o intuito de normatizar tais práticas e reduzi-las a um conjunto de conteúdos dados como portadores de certa legitimidade científica, reforçando assim um processo de não-relação entre os conhecimentos e práticas trazidos por alunos e professores, com aqueles formalizados nas propostas curriculares (Girotto, 2017, p. 426).

Logo, equivaler um currículo único à diminuição das desigualdades sociais, atrela todos os problemas da educação a questões apenas pontuais, além de colocar o professor como responsável pelo processo de êxito ou fracasso da reforma.

A BNCC proposta reforça as tendências internacionais de centralização curricular verificadas nos países centrais do capital com objetivo de controle político-ideológico do conhecimento [...] em consequência, responsabilizando os professores e os gestores pelos resultados da aprendizagem, desconsiderando as condições efetivas da realização das atividades educacionais, como a infraestrutura disponível nas escolas e as condições de trabalho docente (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2016).

Desse modo, a BNCC da forma como foi planejada e construída, serve apenas para gerar uma racionalidade técnica-instrumental no processo educativo. Ao colocar um especialista “competente” para ser a figura central que definirá conteúdos, formatos e significados dos currículos, interdita a participação de sujeitos como alunos, pais, professores e corpo gestor, ou seja, a participação democrática. Substituindo assim, como afirma Girotto (2017), a educação participativa a uma concepção de gestão tecnocrática e gerencial.

4. O “MOVIMENTO TODOS PELA BASE NACIONAL COMUM”: ANALISANDO DISCURSOS

Não é possível estarmos ‘todos juntos pela educação’, quando os interesses hegemônicos dos empresários reduzem a educação a produzir o trabalhador que está sendo esperado na porta das empresas. A educação de qualidade tem que ser mais que isso (Freitas, 2012).

Neste capítulo investigaremos o “Movimento Todos pela Base Nacional Comum” (MBNC), através da análise de seu site, bem como, documentos que este apoia e/ou faz parte de sua elaboração, apresentando compilado de informações da plataforma online e demais meios e considerações acerca das informações obtidas.

É importante ressaltar que neste momento o principal objetivo desta pesquisa é expor a forma como o MBNC apresenta as informações acerca da construção da base, não significa, portanto, que compactuamos com a maneira com a qual as informações são apresentadas.

4.1. Investigando o site do movimento

O Movimento pela Base Nacional Comum foi constituído em abril de 2013, segundo consta em seu site (Movimento Pela Base Nacional Comum, 2016) para discutir a criação de uma base comum que promovesse “a equidade educacional e o alinhamento de elementos do sistema brasileiro”, na qual influenciasse na aprendizagem de cada estudante, na formação docente, nos recursos didáticos utilizados em sala, tal como nas avaliações externas, que classificam a qualidade da educação brasileira.

Este movimento usa de meios digitais para sua divulgação, o qual iremos discorrer sobre sua organização, estrutura e conteúdo. O site se estrutura, da seguinte maneira: **1) A Construção da BNCC** – 1.1) *Linha do Tempo*; 1.2) *Homologação*; 1.3) *Dúvidas Frequentes*; **2) Implementação** – 2.1) *Guia Redes*; 2.2) *BNCC em profundidades*; 2.3) *Competências Gerais*; 2.4) *Benchmarks Internacionais*; **3) Quem Somos** – 3.1) *Pessoas*; 3.2) *Apoio Institucional*; 3.3) *7 Princípios para a Construção da Base*; 3.4) *Conceito*; **4) Biblioteca** – 4.1) *A Importância da Base*; 4.2) *Análise da 1ª Versão*; 4.3) *Análise da 2ª Versão*; 4.4) *Experiências Internacionais*; 4.5) *Estudos e Pesquisas*; **5) Acontece** – 5.1) *Implementação da BNCC*; 5.2) *Reportagens*; 5.3) *Eventos e Debates* e 5.4) *Novidades sobre a Base*. Dissertaremos sobre todos os itens separadamente.

I. A construção da BNCC

No item 1 “A Construção da BNCC”, temos um compilado de informações que fazem referência a todo o processo de construção que levou à criação da base, sua homologação e as possíveis dúvidas levantadas a partir das discussões postas.

a) Linha do Tempo

Inicia-se a apresentação com uma linha do tempo, que parte desde 1988, ano da Constituição Federal, até 2017, ano da homologação da BNCC. Neste subitem vê-se apresentado o Artigo 210, do Capítulo III, da Seção I da Constituição, que prevê a criação de uma base comum nacional para o ensino fundamental que assegure conteúdos mínimos a serem trabalhados.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais (Constituição Federal, 1988).

Em sequência, apresenta o Artigo 26, da Seção I, da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que determina a adoção de uma base comum para a educação básica.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Presidência da República, Redação da Lei nº 12.796, de 2013)

Seguindo a linha do tempo, o site continua trazendo a discussão de 1997 à 2013, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, onde em seu Artigo 14 do Capítulo II, aborda a questão acerca de um currículo nacional para a educação básica.

A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010)

Traz também o Plano Nacional da Educação, apontando as metas que envolvem uma base nacional. Após essa apresentação – na qual o argumento vem sempre vinculado à um site governamental que conste a lei específica – o MBNC dá um salto na linha do tempo para o ano de 2015, ano em que a primeira versão da base vai para consulta pública, relatando mês a mês os ocorridos no processo inicial de construção da base, como apresentaremos a seguir:

- Junho: É formado um grupo de redatores responsável pela primeira versão da BNCC, este grupo foi criado em parceria do Ministério da Educação (MEC), com o CONSED³ e a UNDIME⁴.
- Julho: É realizado seminário internacional que reúne especialistas para debater experiências de construções curriculares. Neste ponto nos é apresentado um vídeo intitulado “*Base Nacional Comum: O que podemos aprender com as evidências nacionais e internacionais*”, onde temos o CEO Dave Peck, representante da instituição do Reino Unido chamada Curriculum Foundation⁵, que traz a experiência de mudanças curriculares em diferentes países. Este afirma que “o que tem levado os países ao redor do mundo a reverem seus currículos escolares é a competição na economia mundial” (PECK, 2015), traz ainda que os currículos precisam ser mais limitados do que no passado, para que não haja um excesso de informação. Para isso, aponta que os currículos devem ter apenas os elementos essenciais de cada disciplina e os princípios que cada estudante precisa aprender, ressalta que uma implementação bem sucedida é determinada pela ação direta dos professores e professoras em sala de aula.

Portanto, o papel do professor precisa começar antes da fase de implementação, os professores precisam estar preparados para a fase de implementação [...] Os professores são os pivôs desse processo e precisam estar envolvidos desde as fases embrionárias, muito antes da implementação, envolvidos no planejamento, envolvidos no desenvolvimento do currículo, devem ser consultados a respeito, tudo para que eles sintam que o currículo é deles (PECK, O currículo precisa preparar os alunos para a vida, 2015).

Podemos observar com este vídeo algumas questões levantadas ao longo dos documentos produzidos pelo MBNC, como as mudanças curriculares serem o caminho para uma melhor posição na economia mundial, as limitações que o currículo precisa ter para ser considerado funcional e a carga de responsabilidade que é incumbida aos professores, que serão os responsáveis pela eficácia ou não da BNCC.

³ Conselho Nacional de Secretários de Educação – “Fundado em 1986, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega, por intermédio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, e tem por finalidade promover a integração das Secretarias visando o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade” (UNESCO, 2015).

⁴ União dos dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo, se configura como uma “instância representativa dos municípios nas decisões sobre as políticas educacionais e em sua formação, tanto na esfera do Executivo e do Legislativo, como da sociedade civil e das organizações não governamentais” (UNDIME - SP)

⁵ “We are a UK-based foundation providing curriculum-related support, advice and guidance” Tradução livre “Fundação baseada no Reino Unido que fornece suporte, aconselhamento e orientação relacionados ao currículo” (The Curriculum Foundation).

- Setembro: É publicado pelo MEC texto da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, o site apresenta link de acesso para ao documento.
- Outubro: Texto é liberado, em plataforma online, para a consulta pública.

Com esses dados apresentados, a linha do tempo parte para 2016, ano em que a segunda versão é liberada, após a dita ampla contribuição da sociedade “A consulta online da primeira versão é encerrada com mais de 12 milhões de contribuições da sociedade civil, professores, escolas, organizações do terceiro setor e entidades científicas” (Movimento Pela Base Nacional Comum, 2016).

- Março: Encerra-se a consulta pública.
- Março à Maio: Nesse período são sistematizadas por uma equipe da Universidade de Brasília (UnB), as informações obtidas com a consulta pública, e estas são encaminhadas aos redatores para dar andamento a segunda versão. Sai a segunda versão redigida do documento.

Partimos para o ano de 2017, ano em que a base foi homologada.

- Abril: o MEC entrega a terceira versão da base ao Conselho Nacional de Educação (CNE).
- Junho à Setembro: O CNE faz consultas públicas para ouvir a sociedade sobre a terceira versão da base, realizando 5 audiências, uma em cada região do país, para ouvir as considerações sobre a formulação do currículo do Ensino Médio na BNCC.
- Agosto: CONSED e UNDIME lançam Guia de Implementação⁶ da base realizada com Apoio Técnico do Movimento pela Base Nacional Comum, este guia é voltado para gestores das instituições escolares.

O próximo subitem se refere a homologação da base, que falaremos a seguir.

b) Homologação

O site nos mostra um texto de caráter jornalístico, apontando os envolvidos na reunião de homologação da base, que ocorreu em Brasília em 20 de dezembro de 2017. Esta foi homologada pelo Ministro da Educação José Mendonça Filho. Ao longo do texto é salientado que a partir da homologação da base, o Brasil passa a ter, pela primeira vez, uma base que “explicita os direitos de aprendizagem de todos os alunos da Educação Infantil e do Ensino

⁶ Neste Guia, como em diversos outros documentos produzidos e/ou apoiados pelo MBNC, podemos ver os dizeres de que a base tem por objetivo principal formar cidadãos para o século XXI, essas questões serão abordadas mais a frente, sobre o que seria de fato esse cidadão do século XXI, e como isso afeta a concepção de currículo que temos construído hoje.

Médio [...] Sua homologação representa um avanço importante para a equidade e qualidade da educação brasileira” (Movimento pela Base Nacional Comum, 2017). Neste texto, portanto, vemos ressaltado o “potencial transformador” que é incumbida a BNCC.

c) Dúvidas Frequentes

As questões apontadas nessa parte da plataforma fazem referência ao que é a base, seus principais objetivos, as leis que sustentam sua construção, as diferenças entre a base e as atuais diretrizes, entre outras questões⁷.

Nas respostas dadas, temos como pontos relevantes a forma como eles caracterizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de forma genérica, colocando a base como um documento mais específico e obrigatório, sendo assim, um núcleo comum entre todos os currículos.

Com este subitem, termina-se a primeira aba do site que trata sobre a Construção da BNCC, e seguimos para o item 2 que irá relatar sobre o processo de implementação da base.

II. Implementação

Neste momento o Movimento frisa na elaboração/apresentação de Guias voltados para Gestores e professores, além de expor experiências internacionais de construção de currículos unificados.

a) Guia Redes

No primeiro subitem desta aba, somos encaminhados para o Guia de Implementação da Base – já mencionado na “Linha do Tempo” – que foi produzido pela CONSED juntamente com a UNDIME, tendo apoio técnico do MBNC. Este é apresentado como “um guia feito por gestores, para gestores”, que indica sete dimensões que irão orientar o processo de implementação da BNCC, essas dimensões são: 1) Estruturação da Governança da Implementação; 2) Estudos das Referências Curriculares; 3) (Re)Elaboração Curricular; 4) Formação Continuada; 5) Revisão dos Projetos Pedagógicos – PPs; 6) Materiais Didáticos; 7) Avaliação e Acompanhamento de Aprendizagem. As dimensões de 4 à 7 não estão presentes neste guia, pois segundo o documento elas “estão em construção e serão incorporadas ao longo de 2018” (MEC, CONSED, UNDIME, FNCEE e UNCME, 2018).

⁷ Anexo com as Perguntas Gerais, encontra-se no final do documento.

Este guia de implementação é fruto do trabalho integrado entre CONSED e UNDIME para apoiar gestores estaduais e municipais no percurso de (re)elaboração da proposta curricular de suas redes. Posteriormente, o guia será complementado com sugestões de ações para outras etapas de implementação, tais como a formação de professores, ajustes de materiais didáticos e de avaliações (MEC, CONSED, UNDIME, FNCEE e UNCME, 2018).

b) BNCC em Profundidade

Em sequência temos uma aba que traz links para uma série de vídeos feitos pelo Movimento, intitulados “BNCC em Profundidade”, que abordam questões sobre o que é a Base, qual seu papel, quais são as 10 competências que permeiam sua construção, entre outros. Esses vídeos contam com a participação da Diretora da Comunidade Educativa Cedac⁸ e da Diretora do Instituto Inspirare⁹.

c) Competência Gerais

Aqui temos um texto contendo o que são as competências gerais que os estudantes devem adquirir ao longo da Educação Básica. Novamente, é apresentado um dos vídeos da “BNCC em Profundidade” com a Diretora do Instituto Inspirare explicando as 10 competências, e em seguida há um link que nos direciona para o site Nova Escola, que debate a base em “Guias da Base Nacional Comum Curricular: Conteúdos pensados para você conhecer e se aprofundar nas principais informações trazidas pela BNCC para todos os componentes curriculares”. A Nova Escola é uma associação criada em 2015 com o apoio de sua mantenedora Fundação Lemann, e tem por objetivo, segundo sua plataforma, “transformar a Educação brasileira por meio de conteúdos e serviços de alta qualidade para professores e gestores do Brasil” (Nova Escola).

Neste site temos textos voltados para explicar, detalhadamente, o que são as competências gerais presentes na introdução do documento da Base e conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, sobre o que mudou com a vinda da base para as escolas.

⁸ Instituição formada em 1997, que atua na formação de professores, na assessoria à gestores públicos e privados, e na produção de materiais que subsidiem a prática educativa (Comunidade Educativa CEDAC, s.d.)

⁹ Instituição que tem como objetivo difundir materiais que visem inovações educacionais “para informar, orientar e instrumentalizar comunidades escolares, tomadores de decisão, empreendedores, investidores e sociedade em geral” (Instituto Inspirare, 2018)

d) Benchmarks¹⁰ Internacionais

Neste subitem há um Guia formulado pelo movimento com os primeiros passos para a implementação da base, destinado aos gestores “um guia especial com ações e iniciativas que podem orientar o trabalho das secretarias de educação” (Movimento pela Base Nacional Comum, 2017). Este é dividido em cinco frentes: 1) Comunicação para engajamento; 2) Criação/adaptação de currículos locais; 3) Formação de professores; 4) Alinhamento de recursos didáticos; 5) Alinhamento de avaliações.

Este guia trabalha as três primeira frentes, pois “Para começar, no entanto, não é preciso esperar a homologação da BNCC” (Movimento pela Base Nacional Comum & Comunidade Educativa - CEDAC, 2017). Cada frente contém uma breve introdução acerca da sua importância, seguida de sugestões de ações que auxiliarão na implementação da BNCC.

Na primeira frente “Comunicar para Engajar” vemos diversas sugestões para difundir a ideia e o documento da base. Dentre elas há um link que nos encaminha para modelos de mensagens a serem propagadas via WhatsApp e outras redes sociais, com o objetivo de “Distribuir mensagens-chave”, além de oferecer apresentações de slide “com o histórico da base”, modelos de organização de reuniões para alinhar informações com “integrantes da rede e atores-chave externos” e vídeos explicando o que é a base (Movimento pela Base Nacional Comum & Comunidade Educativa - CEDAC, 2017, p. 6).

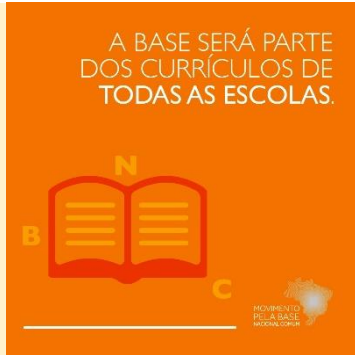
As mensagens-chave, acima mencionadas, vem acompanhadas de cards, textos de apoio e o link do site do MBNC, como mostraremos a seguir:



Com a publicação da 3ª versão da Base, já dá para começar a pensar no que precisa ser feito nas redes e escolas. Saiba mais:

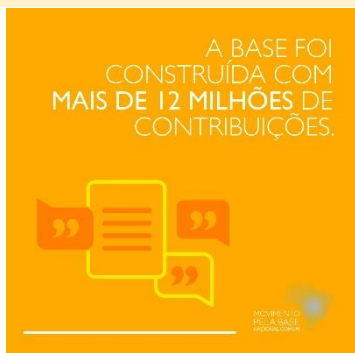
<http://bit.ly/BaseMov>

¹⁰ A palavra Benchmarks é de origem inglesa e significa referência “Ele nada mais é do que uma análise aprofundada das melhores práticas usadas por empresas do mesmo ramo” (Marketing de conteúdo, 2018), ou seja, se refere à uma prática que analisa como seu produto está com relação aos concorrentes.



Prevista na Constituição, na LDB e no PNE, a Base será implementada em todas as escolas públicas e particulares do país. Saiba mais:

<http://bit.ly/BaseMov>



A Base foi escrita ao longo de dois anos a partir de recomendações de professores, gestores e toda sociedade. Saiba mais:

<http://bit.ly/BaseMov>



Ao definir o que todos os alunos têm o direito de aprender ano a ano, a Base promove a equidade. Saiba mais: <http://bit.ly/BaseMov>



Rede e escolas poderão incluir especificidades locais em seus currículos e práticas pedagógicas. Saiba mais:

<http://bit.ly/BaseMov>



A Base define o que é essencial que todos os alunos aprendam. Os professores têm autonomia para planejar as suas aulas. Saiba mais: <http://bit.ly/BaseMov>

Além dessas mensagens-chave, temos também a apresentação de slide, que vem no formato de perguntas e respostas, apresentando o porquê da criação do documento, as leis que o sustentam e ainda compara livros didáticos de um mesmo ano e um mesmo assunto (no caso matemática do 3º ano), para exemplificar como os livros abordam os assunto de formas diferentes, reforçando a necessidade de um sistema alinhado que proporcionará “o essencial que cada aluno tem o direito de aprender” e preparará os professores igualmente para garantir as aprendizagens em sala de aula (Movimento pela Base Nacional Comum , 2017, p. 7). Ademais, elenca os próximos passos que devem ser executados ainda em 2017: a) Identificar a equipe responsável pela implementação da base (os secretários); b) discutir colaborações no processo de implantação da BNCC e c) envolver a rede no debate. Por fim, o documento apresenta o site do movimento como meio de se obter referências e materiais de apoio, e coloca um e-mail para contato.

Na segunda frente “Preparar a rede para a revisão curricular” são sugeridas ações como organizar grupos de trabalho para estudar os currículos atuais e o que deve ser modificado com a chegada da BNCC – nesta sugestão há um PDF com os procedimentos a serem tomados antes, durante e depois das reuniões¹¹ – resgatar o histórico de construção dos currículos, apontando erros e acertos, levantamentos documentais das diretrizes e dos parâmetros curriculares, etc.

Na terceira e última frente “Envolver os professores e a comunidade escolar” é recomendado realizar reuniões nas escolas que envolvam toda a comunidade escolar pra apresentar e estudar a BNCC, encerrando o guia de implementação.

¹¹ Documento na íntegra encontra-se em anexos.

III. Quem somos

A plataforma do MBNC possui uma aba destinada a apresentar a) “Pessoas” todos os envolvidos no movimento, pessoas e instituições; b) “Os 7 princípios para a construção da Base Nacional Comum” e c) “Conceito” os princípios defendidos pelo movimento.

a) Pessoas

Nesse momento nos é apresentado, separadamente, as pessoas que compõem o movimento, e as instituições que o apoiam.

O grupo que compõe o Movimento é formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação. São organizações da sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, professores de sala de aula, gestores municipais, estaduais e federais, especialistas em currículos, avaliações e políticas públicas (Movimento Pela Base Nacional Comum, 2016).

São listadas ao todo 64 pessoas, como mostra o Quadro 1 “Sujeitos que compõem o Movimento pela Base Nacional Comum”.

Quadro 1 – Sujeitos que compõem o Movimento pela Base Nacional Comum

NOME	ENTIDADES QUE REPRESENTAM
Aléssio Costa Lima	Presidente da Undime
Alex Canziani	Deputado federal pelo PTB do Paraná e presidente da Frente Parlamentar da Educação
Ana Inoue	Conselho Governança Todos Pela Educação, Instituto Pedagógico Acaia e Conselho Consultivo da Natura.
André Duarte Stábile	Ex-Secretário Municipal de Educação de São Caetano do Sul (SP)
Angela Dannemann	Superintendente da Fundação Itaú Social
Anna Helena Altenfelder	Presidente do Conselho Administrativo do Cenpec
Anna Penido	Diretora Executiva do Instituto Inspirare

Antonio Augusto Batista	Coordenador de Desenvolvimento de Pesquisas do CENPEC
Antônio Ibanez Ruiz	Ex-membro do Conselho Nacional de Educação
Antonio Neto	Consultor do Instituto Ayrton Senna
Artur Bruno	Secretário do Meio Ambiente do Ceará e Professor de História e Geografia
Beatriz Cardoso	Diretora Executiva do Laboratório de Educação
Beatriz Ferraz	Diretora da Escola de Educadores, Consultora da educação do Itaú BBA e do Banco Mundial.
Camila Pereira	Diretora de Políticas Educacionais da Fundação Lemann
Carmen Neves	Diretora de Formação de Educadores do MEC
Claudia Costin	Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE/FGV)
Cleuza Repulho	Ex-presidente da Undime
David Saad	Diretor-presidente do Instituto Natura
Denis Mizne	Diretor da Fundação Lemann
Dorinha Seabra Rezende	Deputada federal integrante da Comissão de Educação da Câmara
Eduardo de Campos Queiroz	Diretor Presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
Egon Rangel	Professor do Departamento de Linguística da PUC-SP
Fernando Almeida	Diretor Nacional de Educação e Cultura do SESC
Francisco Aparecido Cordão	Ex-membro do CNE e titular da Academia Paulista de Educação
Frederico Amancio	Presidente do Consed e Secretário Estadual de Educação de Pernambuco
Guiomar Namó de Mello	Consultora de projetos educacionais e de formação de professores na SEE-SP e no MEC, e membro do Conselho Estadual de Educação de SP

Joane Vilela	Ex-Secretária de Educação de Foz do Iguaçu, Ex-secretária Adjunta de Educação de São Paulo e Ex-Diretora de Orientação Técnica de São Paulo
João Roberto da Costa de Souza	Ex-Secretário de Educação e vereador eleito de Jacareí (SP)
José Fernandes de Lima	Ex-membro do Conselho Nacional de Educação
Kátia Stocco Smole	Diretora do Mathema
Lúcia Couto	Ex-Secretária de Educação de Embu das Artes (SP)
Luiz Carlos de Menezes	Professor Sênior do Instituto de Física da USP. Membro do CEE de São Paulo e do Conselho Técnico Científico da Capes/MEC para Educação Básica. Integrou o grupo de especialista do MEC para a elaboração da versão preliminar da Base
Magda Soares	Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.
Maria do Pillar Lacerda	Diretora da Fundação SM
Maria Helena Guimarães de Castro	Secretária-Executiva do MEC
Maria Inês Fini	Presidente do INEP
Mario Jorge Carneiro	Chefe do Departamento de Matemática da UFMG
Mariza Abreu	Consultora em educação da CNM
Miguel Thompson	Presidente do Instituto Singularidades
Mônica Pinto	Gerente de Desenvolvimento Institucional da Fundação Roberto Marinho
Mozart Neves Ramos	Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna
Naércio Aquino Menezes Filho	Coordenador do Centro de Políticas do Insper
Natacha Costa	Diretora da Cidade Escola Aprendiz
Osvaldo Tietê da Silva	Presidente da Rede Integrada de Escolas Públicas do Rio Grande do Sul

Patrícia Mota Guedes	Gerente de Educação da Fundação da Fundação Itaú Social
Paula Louzano	Pesquisadora Visitante da Universidade Stanford
Paulo Schmidt	Secretário de Educação do Estado do Paraná
Pedro Villares	Presidente do Conselho do Instituto Natura
Priscila Cruz	Presidente Executiva do Todos Pela Educação
Raimundo Feitosa	Secretário Municipal de Educação de São Luís (MA)
Raph Gomes	Membro do Conselho Estadual de Educação de Goiás, Professor de Química da Rede Estadual de Educação do mesmo estado
Raul Henry	Membro do CNE e vice-governador de Pernambuco
Ricardo Chaves de Rezende Martins	Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados na área de Educação
Ricardo Henriques	Superintendente do Instituto Unibanco
Ricardo Paes de Barros	Economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e Professor da cátedra Instituto Ayrton Senna do Insper
Rodrigo Hübner Mendes	Superintendente do Instituto Rodrigo Mendes
Rossieli Soares da Silva	Secretário de Educação Básica do MEC
Ruben Klein	Consultor da Fundação Cesgranrio
Simone André	Gerente Executiva da área de educação do Instituto Ayrton Senna
Suely Menezes	Presidente do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais e Conselheira do CNE
Teresa Pontual	Diretora de currículos e educação integral do MEC
Tereza Perez	Diretora da Comunidade Educativa CEDAC
Thiago Peixoto	Deputado Federal (PSD/GO)
Vera Cabral	Diretora Executiva da Abrelivros (Associação Brasileira de Editoras de Livros Escolares)

Fonte: arquivo próprio.

Os sujeitos que compõem o MBNC estão envolvidos, como coloca Peroni (2015) em grupos como o Todos pela Educação, a CONSED a UNDIME e ainda a Fundação Lemann, este último “vem influenciando e articulando especialmente eventos sobre currículo e a Base Nacional Comum com os secretários estaduais de educação (Consed) e secretários municipais de educação (Undime)” (idem, p.345). A parceria tem se tornado “porta de entrada para que essas instituições atuem com seu projeto hegemônico de sociedade e de educação” (idem, p.345).

Podemos observar então, que a maior parte dos envolvidos não são de fato especialistas em educação, como nos é apresentado pelo site.

b) Apoio Institucional

Além da lista de pessoas há ainda a listagem dos apoiadores institucionais, como mostra o Quadro 2 “Apoiadores Institucionais do Movimento pela Base Nacional Comum”.

Quadro 2 – Apoiadores Institucionais do Movimento pela Base Nacional Comum

INSTITUIÇÃO	COMO SE APRESENTAM
ABAVE	“Espaço plural e democrático para o intercâmbio de experiências entre os acadêmicos e os implementadores da avaliação educacional” (MBNC,2015).
CENPEC	“Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da qualidade da educação pública e à participação no aprimoramento da política social” (MBNC,2015).
COMUNIDADE EDUCATIVA CEDAC	“Apoia profissionais da educação no desenvolvimento de conhecimentos e práticas que resultem na oferta de uma educação pública de qualidade” (MBNC,2015).
CONSED	“O Conselho Nacional de Secretários de Educação congrega, por meio de seus

	titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal” (MBNC,2015).
FUNDAÇÃO LEMANN	“Organização familiar sem fins lucrativos que desenvolve e apoia projetos inovadores em educação; realiza pesquisas para embasar políticas públicas no setor e oferece formação para profissionais da educação e para o aprimoramento de lideranças em diversas áreas” (MBNC,2015).
FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL	“Organização familiar sem fins lucrativos que atua pelo pleno desenvolvimento da criança na primeira infância (fase do nascimento até 6 anos). Dedicase a atividades de conscientização da sociedade, mobilização de lideranças, apoio à qualificação da educação infantil e programas de atenção às famílias” (MBNC,2015).
FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO	“Entidade sem fins lucrativos voltada para a educação e o conhecimento que contribui com o desenvolvimento da cidadania” (MBNC,2015).
INSTITUTO AYRTON SENNA	“Organização sem fins lucrativos que trabalha para ampliar as oportunidades de crianças e jovens por meio da educação” (MBNC,2015).
INSTITUTO INSPIRARE	“Instituto familiar que tem como missão inspirar inovações em iniciativas empreendedoras, políticas públicas, programas e investimentos que melhorem

	a qualidade da educação no Brasil” (MBNC,2015).
INSTITUTO NATURA	“Executa e apoia projetos voltados à melhoria da Educação Básica da rede pública, no Brasil e na América Latina, que sejam pautados na eficácia da aprendizagem, na equidade de resultados e na coesão social” (MBNC,2015).
INSTITUTO UNIBANCO	“Visa ampliar as oportunidades educacionais dos jovens em busca de uma sociedade mais justa e transformadora, focando sua atuação na melhoria do Ensino Médio” (MBNC,2015).
ITAÚ BBA	“O Itaú BBA é o maior banco de investimento corporativo da América Latina e faz parte do grupo Itaú Unibanco” (MBNC,2015).
TODOS PELA EDUCAÇÃO	“Movimento da sociedade brasileira que tem como missão contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o País assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade” (MBNC,2015).
UNDIME	“A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação é uma associação civil, fundada em 1986, que reúne dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social” (MBNC,2015).

Fonte: arquivo próprio.

Destacamos então, algumas fundações, instituições privadas e institutos que possuem diversos representantes no movimento¹², como a Cenpec, o Instituto Natura, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Fundação Roberto Marinho e a Fundação Lemann – uma das principais apoiadoras da reforma curricular, como já dito acima.

O mesmo relatório [Relatório Anual 2014 da Fundação Lemann] apresenta que a Fundação Lemann participou ativamente da construção de um grupo plural que se mobilizou pela criação de uma Base Nacional Comum da Educação para o Brasil. Prossegue dizendo ainda que “produzimos estudos que contribuíram com o esforço do governo brasileiro de construir uma base comum para os currículos de todas as escolas do país. O tema entrou definitivamente na agenda pública nacional” (p. 9) (PERONI & CAETANO, 2015, p. 346).

Basicamente, o grupo que compõe o MBNC é majoritariamente oriundo de grandes instituições privadas “que têm-se articulado com instituições educacionais globais” (idem, p.344), como pudemos observar com os exemplos internacionais apresentados de forma exaustiva no site do movimento, que tem por objetivo promover mudanças consideráveis nas políticas educacionais do país.

Retornando a apresentação das informações contidas no site do movimento, o próximo subitem se refere aos 7 princípios que fundamentam a BNCC.

c) Os 7 princípios para a construção da Base Nacional Comum

Aqui são elencados os sete princípios que orientaram a construção da Base. O movimento se coloca como atuante para que esses princípios sejam cumpridos na elaboração do documento. Os sete princípios são:

1. Foco nos conhecimentos, habilidades e valores essenciais que todos devem aprender para o seu pleno desenvolvimento e o desenvolvimento da sociedade.
2. Clareza e objetividade.
3. Fundamentação em evidências de pesquisas nacionais e internacionais.
4. Obrigatoriedade para todas as escolas de Educação Básica do Brasil.
5. Diversidade como parte integrante.
6. Respeito à autonomia dos sistemas de ensino para a construção de seus currículos, e das escolas para a construção de seus projetos pedagógicos.
7. Construção com colaboração entre União, estados e municípios e com a realização de consultas públicas (Movimento Pela Base Nacional Comum, 2016).

¹² Algumas dessas instituições também fazem parte do Movimento Todos pela Educação, “Esse movimento visa fortalecer, no meio empresarial, a importância de um organismo com capacidade para defender interesses de classe e intervir na definição de políticas educacionais do Estado” (PERONI & CAETANO, 2015)

d) Conceito

Neste subitem encontramos um documento chamado “Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum”, este se refere aos princípios defendidos pelo MBNC, apontando os problemas da educação hoje (infraestrutura, pessoal e pedagógica) e quais os pontos negativos de não se ter uma base curricular comum.

Os pontos destacados pelo movimento são que sem uma base os estudantes não tem a possibilidade de adquirir as mesmas habilidades e conhecimentos que todos tem direito, sendo essa, segundo o movimento, uma das principais causas das disparidades educacionais existentes no Brasil hoje. Outro ponto elencado seria a forma como as avaliações externas acabam assumindo o papel de prescrição curricular, bem como a dificuldade em organizar e produzir materiais didáticos uniformes ou disponibilizar formações iniciais e continuadas coerentes com o currículo. A base, portanto, melhoraria a qualidade da educação ao reparar esses erros, e fundamentaria um projeto maior, que é o desenvolvimento de todo o país.

Além desses pontos apresentados, o documento também traz experiências de sucesso para que possamos nos espelhar, dá exemplo de países como a Austrália, Inglaterra, Portugal, Cuba e Estados Unidos, que criaram currículos comuns e que devem ser por nós levados como experiências relevantes nesse processo de uniformização do currículo.

A definição da referida base criará uma linguagem de expressão dos fatos pedagógicos que precisa ser também parte inegociável do currículo dos cursos de formação inicial e continuada dos professores de educação básica, da preparação de estratégias pedagógicas, de materiais de apoio ao ensino, da organização de atividades didáticas, livros e até da organização de sítios na Internet, onde o desenvolvimento de tecnologias de ensino possa ser compartilhado. Finalmente, da Base Nacional Comum emanará a matriz de especificação das avaliações nacionais (Movimento pela Base Nacional Comum, 2015).

Com isto, encerra-se o item 3 “Quem Somos” e abordaremos agora a análise do item 4 “Biblioteca”.

IV. Biblioteca

O item biblioteca traz informações sobre bases curriculares de outros países, compilados de pesquisas nacionais e internacionais, análises das versões 1 e 2 da BNCC, entre outras informações que serão detalhadas a seguir.

a) A importância da Base

Nesta parte da plataforma online, temos diversos documentos, entrevistas e pesquisas acerca da Base. Listaremos baixo estes documentos.

- Entrevista “O currículo precisa preparar os alunos para a vida”, com Dave Peck, presidente da Curriculum Foundation, indicando 10 princípios para se obter um currículo de alto nível, considerando que este só se torna possível através da criação pautada em princípios e não em conteúdos.
- Apresentação elaborada pela Fundação Lemann, intitulada “Projeto de Vida: o papel da escola na vida dos jovens”, neste documento são realizadas entrevistas com estudantes egressos do ensino básico e especialistas em educação. A pergunta central que pauta a pesquisa é “o que é ensinado nas escolas prepara os alunos para concretizarem seus projetos na vida adulta?”. A conclusão da pesquisa foi que há uma desconexão entre o que é exigido na vida adulta e o que de fato é ensinado nas instituições escolares. Segundo a Fundação Lemann, isto acontece pois o currículo hoje é muito conteudista e não trabalha em uma aplicação prática (Fundação Lemann, 2015).
- Apresentação elaborada pela Fundação Lemann com apoio do Instituto Paulo Montenegro, intitulada “Conselho de Classe: a visão dos professores sobre a educação no Brasil”, aqui temos outra pesquisa, em conjunto com o IBOPE, que traz o perfil dos professores, como eles vêm a profissão docente, a desvalorização profissional que sofrem no cotidiano e seu posicionamento com relação a BNCC (Fundação Lemann & Instituto Paulo Montenegro, 2015).
- Relatório de 2015, elaborado pela Fundação Carlos Chagas, sobre as políticas curriculares no Brasil, documento voltado para análise do Ensino Médio (2015).
- Relatório de 2015, organizado pela CENPEC, sobre as políticas educacionais do Ensino Fundamental, suas concepções e modos de implementação (CENPEC, 2015).
- Artigo sobre o currículo da educação básica no Brasil, elaborado por Guiomar Namó de Mello, especialista em educação do Banco Mundial (MELLO, 2014).
- Pesquisa da CENPEC, que analisa os argumentos prós e contras a construção de uma Base (BATISTA, LUGLI, & RIBEIRO, 2015).

b) Análise da Primeira Versão

O movimento reúne aqui diversos posicionamentos oriundos da leitura crítica da Base, um link que encaminha para o documento da primeira versão, além de uma apresentação feita pelo próprio MBNCN avaliando a primeira versão, onde dizem ter consultado especialistas das áreas do conhecimento, professores e coordenadores pedagógicos e especialistas nacionais e internacionais em currículo.

Os pontos elencados nessa apresentação, sobre a primeira versão do documento da base, se resumem a três erros principais: 1) o documento ser muito extenso e cansativo; 2) a falta de clareza dos objetivos e 3) o sequenciamento dos objetivos. Ao listar esses problemas centrais, o movimento traz soluções ao basear-se em currículos internacionais.

c) Análise da Segunda Versão

Novamente, o MBNC reúne diversos materiais produzidos por diferentes grupos, que avaliam a segunda versão da base, tanto seus textos introdutórios, como os conteúdos de cada área do conhecimento, apontando os problemas e recomendando melhorias, traz também, link que encaminha para o documento na íntegra. Listaremos a seguir, todos os pareceres:

- Documento com diversos grupos analisando o texto da BNCC, sendo eles: ACARA¹³, Curriculum Foundation, Movimento pela Base, CENPEC, Core English Language Arts e Common Core Mathematics. Este documento é finalizado com uma tabela (Benchmarking Internacional) comparando conteúdos com outros currículos internacionais (Ontário, Massachusetts, Austrália e Chile), por ano de ensino (Movimento pela Base, 2017);
- Documento com o posicionamento conjunto da CONSED e UNDIME sobre a segunda versão da BNCC (CONSED & UNDIME, 2016);
- Apresentação do Movimento pela Base, com a análise crítica da segunda versão da BNCC (Movimento pela Base, 2016);
- Vídeo (2016) com apoiadores do movimento, destacando os pontos críticos e os avanços da segunda versão do documento da Base;
- Análise dos textos introdutórios da BNCC, realizada pela ACARA, recomendam melhorias nos quesitos clareza, coerência e terminologia (ACARA - Australian Curriculum Assessment and Reporting Authority, 2016);

¹³ Órgão governamental que tem como função “o desenvolvimento do currículo nacional, administração de avaliações nacionais e relatórios associados sobre a escolaridade na Austrália” (ACARA)

- Análise dos textos introdutórios da BNCC, realizada pela Curriculum Foundation. Afirmam que o documento carece de estrutura e se apresenta em um estilo muito teórico ao invés de informativo (Curriculum Foundation, 2016);
- Documento feito pelo MBNC sobre as mudanças já realizadas da primeira versão para a segunda, e aponta as alterações que ainda são necessárias (Movimento pela Base Nacional Comum, 2016);
- Documento com análise da área de História, realizada pela ACARA (2016);
- Documento com análise da área de Língua Portuguesa, realizada pela Curriculum Foundation (2016); pela ACARA (2016); pela Common Core (CARMICHAEL, 2016); e pela Cenpec (2016);
- Documento com análise da área de Ciências da Natureza, realizada pela Curriculum Foundation (Curriculum Foundation, 2016); pela ACARA (2016); e por Paulo Blikstein e Tatiana Hochgreb-Haegle, representantes do Centro Lemann em Stanford (EUA) (2016);
- Documento com análise do conteúdo de Matemática, realizada pela ACARA (2016); pela Curriculum Foundation (2016); e por Philip Daro representante da Common Core (2016).

d) Experiências Internacionais

Nesta aba o movimento traz análises de diferentes países, com falas de seus ‘representantes’ e a experiência curricular da cidade de Lagoa Santa (MG), como detalharemos em sequência.

REALIZAÇÃO	NOME DO DOCUMENTO	OBJETIVO
ACARA (2013)	O currículo Australiano - Matemática	Documento completo do currículo australiano, referente à área de matemática.
ACARA (2013)	Capacidades Gerais no Currículo Australiano	Documento do currículo australiano na íntegra, que aborda “explicitamente os conteúdos das áreas de aprendizagem” que tem seus objetivos pautados na Melbourne Declaration on Educational Goals for Young Australians –

		MCCTYA, de 2008, na qual “identifica habilidade essenciais para os aprendizes do século vinte e um” (ACARA, 2013, p.4).
ACARA (2015)	Documento sobre o desenho do currículo	Documento acerca do formato/desenho de um currículo, que orientou a redação do currículo australiano.
ACARA (2012)	O formato do Currículo Australiano - Versão 4.0	Relatório referente ao formato do currículo australiano, que orientou a escrita da primeira fase de construção deste.
CONSED E UNDIME (2015)	Seminário Internacional - Base Nacional Comum: O que Podemos Aprender com as Evidências Nacionais e Internacionais	Apresentação construída pela CONSED e UNDIME, com apoio do MBNC, intitulada “Seminário Internacional – Base Nacional Comum: O que Podemos Aprender com as Evidências Nacionais e Internacionais”, que traz a experiência do currículo australiano.
LEMANN CENTER (2016)	Implementação da BNC: Lições do “Common Core”	Apresentação elaborada pelo Lemann Center, que aponta os pontos positivos e negativos de se ter uma base nacional. Dá exemplos como Nova York e Califórnia, citando os erros que não devem ser por nós cometidos, dentre eles a pressa na implementação e a ilusão de que a BNC será por si só a mudança.
PHIL DARO, REDATOR DA COMMON CORE (2015)	O processo de redação dos padrões curriculares dos EUA	Vídeo produzido pela CONSED e UNDIME com apoio do MBNC. Neste, o redator da Common Core explica como o documento da base norte

		americana foi construído, relatando as conferências coletivas e apresentando o que não fizeram, mas que deveriam ter feito. Encerra com um questionamento para o Brasil: se temos pessoal suficiente “com o conhecimento e disponibilidade para fazer este tipo de trabalho”.
MAXIMILIANO MODER, CONSULTOR E REDATOR DO CURRÍCULO DE HISTÓRIA DO CHILE (2015)	A construção do currículo nacional do Chile	Vídeo enfatiza sobre a importância da construção coletiva do currículo com todos os envolvidos no ambiente escolar “Este livro [currículo do Chile], por si só, não serve para nada. É letra morta (...) apenas uma lista de conteúdo (...) se não o acompanharmos de toda uma série de instrumentos e de condições para o que está instalado aí se realizar” (Moder, 2015, 28min).
DAVE PECK, DIRETOR DO CURRICULUM FOUNDATION (2015)	Uma comparação entre os currículos do Chile, EUA e Austrália	Vídeo traz exemplos de países africanos, como Ruanda e Sudão, apresentando currículos enxutos. Aponta passos importantes a se seguir na elaboração de um currículo, como ter coerência na terminologia, clareza nos objetivos e definir o que é essencial para não inflar o currículo.
REALIZAÇÃO: ATTA – MÍDIA E EDUCAÇÃO APOIO: FUNDAÇÃO LEMANN E	Base Curricular: a Experiência de Lagoa Santa (MG)	Vídeos sobre a experiência de Lagoa Santa (MG) em um projeto de alfabetização, onde os professores criaram um currículo para o município. Eles apontam que com o currículo comum, em diferentes escolas o

PREFEITURA DE LAGOA SANTA (2014)		trabalho acaba sendo o mesmo, o que facilita para professores que atuam em diversas instituições escolares e também para alunos transferidos.
--	--	---

Fonte: Arquivo próprio.

e) Estudos e pesquisas

Neste último subitem o movimento apresenta documentos e vídeos acerca dos estudos curriculares, como listaremos abaixo.

- Glossário de Terminologia Curricular: tem por objetivo “apresentar um instrumento de trabalho de referência que possa ser usado para uma gama de atividades e ajuda a estimular a reflexão entre todos os envolvidos em iniciativas de desenvolvimento curricular” (UNESCO, 2016);
- Guia de referência para redação de objetivos de aprendizagem: Documento que visa sistematizar e sintetizar a redação de objetivos de aprendizagem para documentos curriculares (Movimento pela Base, 2017);
- El lugar del currículum en el mapa de la educación de la primera infância: Pesquisa que visa mostrar a importância de orientações curriculares na primeira infância (CARDINI & GUEVARA, 2017);
- Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC: Apresentação que tem por objetivo “apoiar redes, escolas e professores a compreender as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular” (Movimento pela Base Nacional Comum & Center for Curriculum Redesign, 2018);
- Benchmarking de Implementação de Currículos Nacional e Internacional e Bases Nacionais: Documento que apresenta um compilado das experiências internacionais (Austrália, Cingapura, China, Chile e EUA – Califórnia e Nova York) e nacionais (Acre, estado de São Paulo, e Pernambuco) de implementação de currículos. Neste documento vemos entrevistas com instituições como ACARA, Curriculum Foundation, CEDAC (Comunidade Educativa), CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), Fundação Carlos Chagas e Ministério da Educação do Chile. Após as entrevistas o documento sistematiza oito etapas principais para a implementação de um

currículo, sendo elas: 1) comunicação e engajamento; 2) Desdobramento da BNC em currículo; 3) Formação continuada; 4) Materiais didáticos; 5) Apoio pedagógico complementar; 6) Formação inicial de professores; 7) Avaliações e 8) Ajustes e revisão da BNC (Movimento pela Base, 2017);

- Vídeo com pesquisadora de Stanford, Paula Louzano, que analisa políticas curriculares em outros países, centra sua fala na necessidade de especificação dos conteúdos no currículo brasileiro.

Com isso, encerra-se os documentos e informações presentes no item 4 “Biblioteca”. Analisaremos agora o último item da plataforma.

V. Acontece

Esta parte do site tem por objetivo trazer as novas informações, reportagens e pesquisas acerca da implementação da BNCC. Se subdivide em Implementação da BNCC, Reportagens, Eventos e Debates e Novidades sobre a Base.

Com isso, encerramos a análise do compilado de informações da plataforma online do Movimento pela Base, observa-se que diversas parcerias são realizadas pelo movimento, em vários momentos, parcerias tanto privadas como com órgãos, instituições e representantes públicos.

4.2. Analisando discursos

Neste momento, analisaremos as informações elencadas acima, apresentando nossa visão acerca do discurso trazido pelo Movimento todos pela Base Nacional Comum.

Primeiramente, é importante salientar como o MBNC se apresenta em seu site, vídeos e materiais produzidos. Sua construção aparenta ser feita com o intuito de se assemelhar aos sites e materiais governamentais, usando de forma estratégica seus layouts para produzir um tipo de confiabilidade, além de associar sua informações a links que nos encaminham diretamente a esses sites governamentais – como CENPEC, UNDIME, MEC – como se ambos fossem produzidos pelas mesmas pessoas/instituições, já que ao navegar na plataforma online do movimento nos perdemos em meio a tantos outros sites de instituições públicas e privados.

Outro ponto importante a ser salientado em nossas análises é sobre a ideia da composição democrática do MBNC, que segundo eles, envolvem diversos setores que pensam

a educação. Ao longo de nossa pesquisa, e como já apresentado nos quadros 1 e 2 deste capítulo, vemos que os grupos e personalidades que compõem o movimento são majoritariamente oriundos de grandes instituições privadas que tem se articulado com instituições educacionais globais e conseguido nitidamente alterar os rumos das políticas educacionais brasileiras.

Seguindo nossa análise, percebemos além desta similaridade dos layouts, a disposição com que cada tema é exibido. Separado por áreas temos: a) A base – onde o Movimento traz uma introdução a sua posição favorável a construção da base, colocando como justificativa a democratização e nivelamento do ensino nos diversos estados brasileiros; b) O Movimento – uma área para debater o movimento, explicando sua composição e esclarecendo os motivos de sua formação, como a busca pela equidade educacional; c) Referências – trazendo as referências utilizadas na construção do site e pesquisas feitas em outros países que implantaram bases curriculares em seus sistemas educacionais, como EUA, Austrália e Chile; d) Audiências – mostrando a agenda de audiências públicas que discutem o documento; e) Implementação – expondo as formas para a implementação da base, ilustrando através de experiências internacionais para “inspirar o planejamento da implementação” e f) Acontece – guia separada com documentos escritos por diferentes instituições privadas afirmando a importância da base para a equidade educacional.

Com uma leitura minuciosa, podemos observar que o direito e a equidade educacional são assuntos amplamente difundidos pelo movimento. Segundo o MBNC, a importância da base se dá na equidade dos conhecimentos de direito, logo, sem uma base os estudantes não tem a possibilidade de adquirir as mesmas habilidades e conhecimentos que todos tem direito, causando as disparidades educacionais existentes hoje no Brasil. O que vemos aqui, é a carga de responsabilidade depositada na BNCC, pois nos apresenta que todos os problemas existentes no ambiente escolar serão resolvidos com a uniformização do currículo, e conseqüentemente, ao resolver este problema, estaremos caminhando para uma melhor posição na economia mundial.

Outro ponto levantado pelo movimento e que será solucionado com a implementação da base será a forma como as avaliações externas acabam assumindo o papel de prescrição curricular, bem como a dificuldade em organizar e produzir materiais didáticos uniformes ou disponibilizar formações iniciais e continuadas coerentes com o currículo. A base, portanto, melhoraria a qualidade da educação ao reparar esses erros, e fundamentaria um projeto maior, que é o desenvolvimento de todo o país.

Além da carga de responsabilidade depositada em uma simples base curricular, é necessário se ater também a outro ponto crucial, como os diversos campos de atuação que se

abrem para as empresas privadas. Esses campos de atuação se espalham por todo o processo educativo: i) Formação inicial de professores; ii) Formação continuada; iii) Produção de guias para a implementação da BNCC; iv) Produção de materiais de apoio ao ensino (aqui leia-se produção de livros didáticos, planejamento escolar para a organização de atividades pedagógicas, planos de aula, sítios na internet com conteúdos inteiramente formulados, etc.) e; v) Avaliações externas. Elencando apenas as principais frentes de atuação disponíveis para as empresas privadas, autodeclaradas especialistas em educação.

O Movimento ainda abarca a discussão sobre a redução de custos na educação, devido à produção do material didático ser elaborado em larga escala. Segundo o MBNC, os conteúdos poderão ser aplicados e “cobrados com maior eficiência” ao serem disponibilizados em todos os estados e cidades do país de forma homogênea, trazendo um alinhamento de todo o sistema educacional; o Movimento ainda aponta que as particularidades locais não serão desconsideradas, já que a base se encarrega de 60% dos conteúdos que devem ser trabalhados em sala, os outros 40% devem ser preenchidos por assuntos de caráter e importância local, abordaremos essa questão mais à frente.

Por consequência, segundo o Movimento, com a criação da BNCC, o ensino não será mais definido pelos índices dos livros didáticos e pelas avaliações padronizadas – como as Provas Brasil e o Enem – mas sim, pela Base que adaptará todo o ensino e consequentemente as avaliações, conduzindo para a transparência dos conteúdos e habilidades que cada estudante deverá saber ao final dos anos letivos, acrescentando que isso facilitará o papel dos professores e dos responsáveis por cada discente, ao acompanhar o desempenho destes. Ademais, a base servirá de referência para os cursos de formação de professores, bem como na produção de materiais didáticos e nos mecanismos de avaliação, afirma o Movimento “[a base] será a espinha dorsal do sistema educacional brasileiro”, salientando as frentes de atuação que tem sido construídas para e pelas empresas privadas.

O Movimento Todos pela Base, em seus documentos, soluciona portanto, a problemática principal que gira em torno da qualidade da educação, através da ratificação do currículo básico; do alinhamento de todo o sistema educacional; pela formação de professoras e professores, equiparadas à estes conteúdos que serão abordados pela base; pela produção de material didático standardizado e através das avaliações padronizadas. Ou seja, segundo o movimento, todos os problemas do sistema educacional brasileiro existem pela falta da padronização dos conteúdos, pois igualando os conteúdos, a formação de professores e os métodos avaliativos, os problemas educacionais deixariam de existir. Como se a precarização do trabalho docente, as condições estruturais dos ambientes escolares, o número de estudantes

por sala de aula e a falta de investimento do Estado em todas as etapas da educação, entre diversos outros problemas, não fizessem diferença na qualidade do ensino.

Continuando a análise, encontramos ainda, um espaço onde o movimento elenca várias questões que abordam os princípios deste grupo. Este ponto é importante para entender o que o movimento espera da BNCC; seus princípios são:

1. Ter foco nos conhecimentos, habilidades e *valores essenciais* que todos tem o Direito de aprender *para o seu pleno desenvolvimento e o desenvolvimento da sociedade do século XXI*.
2. *Trazer orientações claras e objetivas para os educadores sobre o que é essencial que as crianças e os jovens aprendam* em cada etapa da escolarização básica. Essa clareza e objetividade também permitirá que pais, responsáveis e a sociedade em geral compreendam e acompanhem a efetivação desses direitos de aprendizagem. Além de claros e objetivos, os objetos de aprendizagem devem ser exigentes. O Brasil não pode oferecer a suas crianças e jovens oportunidades educacionais mais limitadas do que a oferecida por outros países.
3. Ser baseada em evidências de pesquisas nacionais e internacionais. A Base Nacional Comum deve ser construída considerando os aprendizados alcançados com a construção de bases curriculares voltadas para o desenvolvimento dos cidadãos do século XXI, no Brasil e no mundo, e sustentados por estudos científicos ou experiências empíricas sistematizadas.
4. Ser obrigatória para todas as escolas de Educação Básica do Brasil.
5. Ter a diversidade cultural como parte integrante.
6. Respeitar a autonomia dos sistemas de ensino para a construção de seus currículos, e das escolas para a construção de seus projetos pedagógicos.
7. Ser construída em colaboração entre União, Estados e Municípios e submetida a consultas públicas. Inserir referência (Movimento Pela Base Nacional Comum, 2016 – Grifos da autora).

Analisando os princípios expostos, é possível ver algumas divergências, como no item 2. que afirma que o documento deve trazer orientações claras e objetivas sobre o que os professores devem ensinar aos seus alunos, ao mesmo tempo em que coloca no item 6. respeitar a autonomia dos sistemas de ensino e das escolas para a construção dos currículos e dos projetos pedagógicos, respectivamente. Note-se aqui a falta da palavra político, no projeto pedagógico. Isso tem como objetivo diluir a função política do PPP, trazendo a ideia de que a palavra pedagógico já abarcaria por si só esta questão. De fato, a dimensão pedagógica carrega per si o caráter político, como afirma Saviani (1986), elas – educação e política – tem uma relação de dependência recíproca. No entanto,

A importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política. Daí ter eu afirmado que *ao se dissolver*

a especificidade da contribuição pedagógica anula-se, em consequência, a sua importância política. (Idem, p.92, grifos da autora).

Ao tirar a palavra político do PPP, entende-se que estes Projetos Pedagógicos não terão como objetivo a responsabilidade pela formação de cidadãos, muito menos aos compromissos sociopolíticos da população majoritária (VEIGA, 1995), mas sim, como já apontado, melhorar a posição do país na economia mundial.

Para justificar novamente a importância da implementação da base e a sua eficácia, o movimento traz exaustivamente exemplos de outros países que se baseiam na adoção de uma base comum curricular, como a Austrália, o Chile, o Reino Unido e os Estados Unidos, afirmando que estes países construíram este documento com o intuito de diminuir as desigualdades educacionais, melhorando a qualidade da educação. Entretanto, como questiona Freitas (2012, p. 391) por que copiamos um sistema educacional de países que estão na média do Pisa (Programme for International Student Assessment)¹⁴ há 10 anos – como é o caso dos Estados Unidos – e não de países que estão no topo deste programa a anos – a exemplo a Finlândia?

Ademais, o site do Movimento difunde as ideias trazidas pelos comerciais federais sobre a democratização do processo de construção da base, expondo que está foi formulada através do envolvimento da “sociedade e seus diversos setores”, membros das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, por acadêmicos especializados nas disciplinas e professores da rede de educação básica, além da abertura do documento para uma consulta pública, onde os cidadãos puderam fazer críticas e sugerir mudanças, enfatizando as 12 milhões de contribuições que foram recebidas. Todavia, diversas entidades¹⁵ afirmam que suas recomendações foram desconsideradas pelo Ministério da Educação, trazendo para o centro do debate se de fato este processo de construção da base ocorreu de forma democrática, além de se discutir também sobre qual parcela da sociedade eles tem se referido.

Analizamos deste modo, que tanto o documento, quanto o movimento abordam os problemas da educação brasileira com soluções instrumentais, adotadas por uma lógica técnica e racional, centrada apenas em uma parcela da população. Essa experiência não é nova para o Brasil, a pedagogia tecnicista já se demonstrou ineficaz tanto aqui como nos países que tem sido os exemplos para a construção deste documento.

¹⁴ Conduzido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

¹⁵ Professor Eduardo Giroto; Leitura Coletiva da Base Nacional Comum Curricular – AGB (palestra) FFLCH/USP, São Paulo – SP, 12 de agosto de 2017.

Logo, podemos observar os objetivos dos chamados por Freitas (2012) de reformadores empresariais, que se apoiam nas ideias do estreitamento curricular, assumindo que o que é valorizado são os conteúdos e as habilidades cobradas pelos testes, “restringindo o currículo de formação da juventude e deixando muita coisa de fora, exatamente o que se poderia chamar de “boa educação”” (idem, p.389). Contudo, agora os conteúdos e as habilidades não serão mais regidas pelas avaliações padronizadas, mas cobradas por elas ao se basearem na BNCC. Os diversos currículos escolares terão que se adequar a base, tendo a “liberdade” de construir apenas os 40% da parte diversificado do currículo, como já dito acima, a qual deverá representar as diferentes realidades regionais. Todavia, como as avaliações não cobrarão os conhecimentos abordados pela parte diversificada está provavelmente, não será trabalhada em muitas escolas, que terão como objetivos atingir bons índices nas avaliações padronizadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos toda a produção da BNCC e seus principais envolvidos, constatamos que não é possível desenvolver uma mudança curricular sem levar em consideração as diferentes intencionalidades presentes no currículo. Vimos que nos Estados Unidos – um dos países ao qual nos baseamos para a mudança curricular – os reformadores empresariais se envolveram em todos os níveis do sistema de ensino, com o intuito de tornar a educação uma mercadoria (RAVITCH, 2011), reduzindo os seres humanos apenas a sua capacidade laboral. Essas instâncias (forças) que definem o currículo e que tem imperado neste momento histórico, interferem fortemente no currículo prescrito – o responsável pelas prescrições legais, normas, diretrizes e referências na ordenação do sistema curricular – além de intervir também no treinamento de professores e assessoria aos municípios para a implementação da BNCC, submetendo a educação a um mero mecanismo de crescimento econômico, como explanamos no capítulo I acerca da teoria do capital humano, vinculando a educação assim, ao ideário mercadológico, visto que, ao atender os interesses privados, econômicos e individuais, a escola deixa de lado sua função pública de iniciação ao mundo comum.

Observamos ainda, nas propostas dos reformadores curriculares, como deposita-se a responsabilidade da condição social dos indivíduos no sistema educacional e na capacidade individual de acumular conhecimento – novamente aqui vemos claramente a teoria do capital humano –, situando a educação como fator primordial na distribuição da renda social e deixando completamente a margem as classes sociais e o caráter estrutural da desigualdade social. Ao mascararmos os verdadeiros problemas, *colocamos as desigualdades sociais como uma questão apenas conjuntural e não como um problema estrutural, originada das relações imperialistas* (KUENZER, 1997).

Dessarte, entendemos que a política de reforma curricular resultou de ação coordenada pelo movimento empresarial, mesmo que associado aos agentes governamentais, sendo está a “primeira e mais ampla dimensão da privatização”, segundo Adrião et.al. (2018, p. 52), onde um movimento privado de “fora” do Estado regeu a agenda de políticas governamentais. Essa influência na agenda de políticas é tão explícita que o MBNC foi criado em 2013, anterior à portaria n.592, 17/06/15 que instituía a comissão de especialistas que elaborariam a proposta da BNCC (BERNARDI, UCZAK, & ROSSI, 2018).

Isso mostra como o setor empresarial brasileiro sempre esteve à frente da defesa da BNCC, tendo como objetivo principal difundir uma concepção empresarial da educação “pautada no discurso do capital humano e na relação simplista entre desenvolvimento da

educação e crescimento econômico” (Giroto, 2017, p. 435). Percebe-se esta relação economicista, explanada por Giroto, na composição dos grupos, onde destacam-se profissionais com experiências no setor privado e em organismos internacionais – entre eles o Banco Mundial –; profissionais da gestão econômica e sujeitos que possuem cargos estratégicos com grande influência na implantação de propostas educacionais.

É importante salientar que temos presenciado o avanço dos diversos processo de privatização da educação pública no Brasil, processos estes que se materializam na força das indústrias de livros didáticos, de portais, apostilas, sistemas de ensino, equipamentos eletrônicos, avaliações externas, na formação de professores, nas consultorias que serão prestadas às escolas, na entrega de parte das redes de ensino à gestão da iniciativa privada, e etc. Ou seja, ***os mesmos que incitam a criação de políticas educacionais brasileiras são os que irão ofertar as “soluções” para os “problemas” educacionais.***

Numa tentativa desesperada de encontrar mais locais para colocar o excedente de capital, uma vasta onda de privatização varreu o mundo, tendo sido realizada sob a alegação dogmática de que empresas estatais são ineficientes e relaxadas por definição, e a única maneira de melhorar seu desempenho é passa-las ao setor privado (Harvey, 2011, p. 32)

Em 1990, presenciamos a ampla privatização das empresas estatais no Brasil, hoje o alvo da financeirização são os serviços públicos, com destaque à educação. Tudo isso realça a força da classe empresarial atuando em rede na definição da pauta, conteúdo e possibilidade de se tornar mais uma vez cliente do Estado na oferta de soluções educacionais (BERNARDI, UCZAK, & ROSSI, 2018, p. 47).

Assim, esse movimento – que representa uma determinada classe social – defende seus interesses enquanto classe e estabelece um projeto de nação com o qual temos compactuado ao não nos posicionarmos e agirmos contrários a essa hegemonia dominante.

6. BIBLIOGRAFIA

ACARA - Australian Curriculum Assessment and Reporting Authority. (2016). **Análise do texto introdutório da Base Nacional Comum Curricular - Versão 2.**

ACARA. (Outubro de 2012). **O formato do Currículo Australiano - Versão 4.0.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/150121_TheShape_vf-1.pdf

ACARA. (Janeiro de 2013). **Capacidades Gerais no Currículo Australiano** . Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/09/ATE_PAG_24_Traducao_Curriculo_Australianofinal_06_jan_2014.pdf

ACARA. (05 de Agosto de 2013). **O currículo Australiano - Matemática.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/09/ATE_PAG_29_Traducao_Curriculo_AustralianoMATfinal_06_jan_2014.pdf

ACARA. (2015). **Documento sobre o desenho do currículo.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/150122_DesignPaper_vf-1.pdf

ACARA. (2016). **Análise da Base Nacional Comum Curricular de História - Versão 2.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/7.2-Histo%CC%81ria_Ana%CC%81lise-da-ACARA.pdf

ACARA. (20 de Julho de 2016). **Análise da Base Nacional Comum Curricular de Língua Portuguesa - Versão 2.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/4.2-Li%CC%81ngua-Portuguesa_Ana%CC%81lise-da-ACARA_ing.pdf

ACARA. (22 de Junho de 2016). **Análise da Base Nacional Comum Curricular de Matemática - versão 2.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/5.2-Matema%CC%81tica_Ana%CC%81lise-da-ACARA.pdf

ACARA. (2016). **Ciências da Natureza - Análise ACARA**. Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/6.2-Cie%CC%82ncias-da-Natureza_Ana%CC%81lise-da-ACARA_portugues.2.pdf

ACARA. (s.d.). **About us**. Fonte: ACARA: <http://www.acara.edu.au/about-us>

ADRIÃO, T., & PERONI, V. (2018). A formação das novas gerações como campo para os negócios? Em M. A. Aguiar, & L. F. Dourado, **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas** (pp. 50-54). Recife: ANPAE.

ANNA ALTENFELDER, A. P. (18 de Julho de 2016). **2a versão da Base Nacional Comum - análise**. (M. p. Comum, Entrevistador) Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=DWIW2PNi-C4>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO - ABdC. (2017). **Posicionamento da ABdC**, representada nas audiências públicas por sua presidenta, Professora Inês Barbosa de Oliveira (UERJ/UNESA), sua secretária-geral, Rita de Cássia Frangella (UERJ) e pela associada Elizabeth Macedo (UERJ).

BARREIROS, D. (2017). **BNCC: Sujeitos, movimentos e ações políticas**. ANPEd.

BASE CURRICULAR: **A experiência de Lagoa Santa** (MG) (2014). [Filme Cinematográfico]. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=cd57lCu4S7E&feature=youtu.be>

BATISTA, A. A., LUGLI, R., & RIBEIRO, V. (2015). **Centralização e Padronização dos Currículos: posições e tomadas de posição**.

BERNARDI, L. M., UCZAK, L. H., & ROSSI, J. A. (Jan./Abr. de 2018). **Relações do Movimento Empresarial na Política Educacional Brasileira: a discussão da Base Nacional Comum**. Currículo sem Fronteiras, v.18(n.1), 29-51.

BORGHI, R. F. (2018). **Que educação é pública? A atuação do setor privado no processo de construção curricular**. ANPAE.

CARDINI, A., & GUEVARA, J. (Agosto de 2017). **El lugar del currículum en el mapa de la educación de la primera infancia**. Fonte: Movimento pela Base:

<http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/08/160-DT-EDU-El-lugar-del-curriculum-en-el-mapa-de-la-educacion-de-la-primera-infancia-OK-1.pdf>

CARMICHAEL, S. B. (Junho de 2016). **Revisão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Língua Portuguesa.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/4.3-Li%CC%81ngua-Portuguesa_Ana%CC%81lise-Sheila-Byrd-redator-do-Common-Core.pdf

CARVALHO, J. S. (2008). **O declínio do sentido público da educação.** RBEP, v.89(n. 223), 411-424.

CENPEC. (Agosto de 2015). **Currículos para os anos finais do ensino fundamental: concepções, modos de implantação e usos.** Estudos e Pesquisas Educacionais.

CENPEC. (Agosto de 2016). **Para o Cenpec, o documento está muito mais robusto do que na versão preliminar.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/4.5-Li%CC%81ngua-Portuguesa_Ana%CC%81lise-do-CENPEC.pdf

COMMON CORE. (2016). **Base Nacional Comum Curricular - Matemática.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/5.3-Matema%CC%81tica_Ana%CC%81lise-de-Phil-Daro-redator-do-Common-Core-Mathematics.pdf

COMUNIDADE EDUCATIVA CEDAC. (s.d.). **Trajetória.** Fonte: Comunidade Educativa CEDAC: <http://www.comunidadeeducativa.org.br/sobre-nos/trajetoria/>

CONSED & UNDIME. (Setembro de 2015). **Seminário Internacional - Base Nacional Comum: O que Podemos Aprender com as Evidências Nacionais e Internacionais.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Melanie_BSB_julho2015_revisada.pdf

CONSED & UNDIME. (2016). **Seminários Estaduais da BNCC.**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988. (15 de 12 de 2016). **Atividade Legislativa.** Fonte: Senado Federal: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_210_.asp

CURRICULUM FOUNDATION. (2016). **Uma avaliação da segunda versão da BNCC.**

CURRICULUM FOUNDATION. (Maio de 2016). **Uma avaliação da segunda versão da BNCC - Ciências da Natureza**. Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/6.4-Cie%CC%82ncias-da-Natureza_Ana%CC%81lise-do-Curriculum-Foundation.pdf

CURRICULUM FOUNDATION. (Maio de 2016). **Uma avaliação da segunda versão da BNCC - Língua Portuguesa.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/4.4-Li%CC%81ngua-Portuguesa_Ana%CC%81lise-do-Curriculum-Foundation.pdf

CURRICULUM FOUNDATION. (Maio de 2016). **Uma avaliação da segunda versão da BNCC - Matemática.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/5.4-Matema%CC%81tica_Ana%CC%81lise-do-Curriculum-Foundation.pdf

DARO, P. (19 de Julho de 2015). **O processo de redação dos padrões curriculares dos EUA.** Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=By_3xvK_oEA&feature=youtu.be

DOURADO, L. F., & OLIVEIRA, J. F. (2018). **Base Nacional Comum Curricular (Bncc) e os Impactos nas Políticas de Regulação e Avaliação da Educação Superior.** Em M. A. Aguiar, & L. F. Dourado, A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. (pp. 38-43). Recife: ANPAE.

FREITAS, L. C. (Abr. - Jun. de 2012). **Educação e Sociedade.** Revista de Ciências da Educação, 33(119).

FREITAS, L. C. (2012). Os reformadores empresariais da educação: da desvalorização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, v. 33(n. 119), 379-404.

FRIGOTTO, G. (1993). **A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista** (Vol. 4ª ed.). São Paulo: Cortez.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. (Julho de 2015). **Ensino Médio: Políticas Curriculares dos Estados Brasileiros**. Estudos e Pesquisas Educacionais.

FUNDAÇÃO LEMANN & INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. (2015). **Conselho de Classe: A visão dos professores sobre a educação no Brasil**. Fonte: Movimento pela Base Nacional Comum: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/conselho_de_classe-siteVF.pdf

FUNDAÇÃO LEMANN. (2015). **Projeto de Vida: O papel da escola na vida dos jovens**. Fonte: Movimento pela Base Nacional Comum.

GIROTTI, E. D. (2017). **Dos PCNS a BNCC: o ensino de geografia sob o domínio neoliberal**. GeoUERJ(n. 30), pp. 419-439. Fonte: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/23781/21158>

HARVEY, D. (2011). **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo.

INSTITUTO INSPIRARE. (2018). **O que fazemos**. Fonte: Inspirare: <http://inspirare.org.br/o-que-fazemos/>

KUENZER, A. (1997). **Ensino de 2º grau: O trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez.

LEMANN CENTER - STANFORD UNIVERSITY. (2016). **Avaliação da Base Nacional Comum Curricular para Educação em Ciências Fundamental I e II (1-9) e Ensino Médio (1-3)**. Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/6.3-Cie%CC%82ncias-da-Natureza_Ana%CC%81lise-de-Paulo-Blikstein-Stanford-Univeristy.pdf

LEMANN CENTER. (17 de Fevereiro de 2016). **Implementação da BNC: Lições do “Common Core”**. Fonte: Movimento pela Base: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Implementacao-david-plank-portg.pdf>

MARKETING DE CONTEÚDO. (26 de 06 de 2018). **Descubra o que é e qual a importância do Benchmarking no Marketing Digital**. Fonte: <https://marketingdeconteudo.com/benchmarking/>

MEC, CONSED, UNDIME, FNCEE e UNCME. (2018). **Guia de Implementação da Base Nacional Comum Curricular: Orientações para o processo de implementação da BNCC.**

Fonte: Implementação BNCC: https://implementacaobncc.com.br/wp-content/uploads/2018/06/guia_de_implementacao_da_bncc_2018.pdf

MELLO, G. N. (Setembro de 2014). **Currículo da Educação Básica no Brasil: concepções e políticas.**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2017). **Base Nacional Comum Curricular - Versão Final.**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2010). **Diretrizes Curriculares Nacionais.** Fonte: Conselho Nacional de Educação: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2015). **Base Nacional Comum Curricular - Primeira Versão.**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSED, UNIDME. (2016). **Base Nacional Comum Curricular - Segunda Versão.**

MINTO, L. W. (2006). **Teoria do Capital Humano.** Fonte: HISTEDBR - Faculdade de Educação - UNICAMP: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_do_capital_humano.htm

MODER, M. (2015 de Julho de 2015). **A construção do currículo nacional do Chile.** Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=yyJS6HIAUvQ&feature=youtu.be>

MOVIMENTO PELA BASE. (Julho de 2016). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Análise da Segunda Versão.** Fonte: Movimento pela Base: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Ana%CC%81lise-cri%CC%81tica-1-1.pdf>

MOVIMENTO PELA BASE. (Fevereiro de 2017). **Benchmarking nacional e internacional de implementação de currículos e bases nacionais.** Fonte: Movimento pela Base: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/02/OnePages_V20_tratada.pdf

MOVIMENTO PELA BASE. (2017). **Guia de referência para o planejamento e redação de objetivos de aprendizagem.** Fonte: Movimento pela Base:

<http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Guia-de-Refer%C3%A2ncia-para-reda%C3%A7%C3%A3o-de-objetivos-de-aprendizagem.pdf>

MOVIMENTO PELA BASE. (2017). **Índice de insumos do movimento pela base.**

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM . (2017). **Base Nacional Comum - PowerPoint Presentation.** Fonte: Movimento pela Base Nacional Comum : http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/04/anexo3_guia-BNC_apresentacao.pdf

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM . (s.d.). **Dúvidas frequentes.** Fonte: Movimento pela Base: <http://movimentopelabase.org.br/duvidas-frequentes/>

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM & CENTER FOR CURRICULUM REDESIGN. (Março de 2018). **Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC.** Fonte: Movimento pela Base Nacional Comum : http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2018/03/BNCC_Competencias_Progressao.pdf

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. (2015). **Necessidade e construção de uma Base Nacional Comum.** Fonte: Movimento pela Base Nacional Comum: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Necessidade-e-construcao-Base-Nacional-Comum.pdf>

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. (08 de 2016). **Educação infantil – bncc versão 2: análise do grupo de trabalho de educação infantil do movimento pela base.** Fonte: MOVIMENTO PELA BASE: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2016/08/3.2-Educac%C3%A7%C3%A3o-Infantil_Ana%CC%81lise-do-grupo-de-trabalho-do-Movimento-Pela-Base.pdf

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. (2016). **O Movimento.** Acesso em Agosto de 2017, disponível em Movimento Pela Base Nacional Comum: <http://movimentopelabase.org.br/o-movimento/>

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. (20 de 12 de 2017). **A BNCC é homologada.** Fonte: Movimento pela Base Nacional Comum: <http://movimentopelabase.org.br/acontece/bncc-homologada/>

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. (2017). **Benchmarks Internacionais**. Fonte: Movimento pela Base Nacional Comum: <http://movimentopelabase.org.br/benchmarks-internacionais/>

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, & COMUNIDADE EDUCATIVA - CEDAC. (2017). **Primeiros passos para a implementação da base nacional comum curricular**. Fonte: Movimento pela Base Nacional Comum: <http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/04/BaseGuia.pdf>

NOVA ESCOLA. (s.d.). **Guias da Base Nacional Comum Curricular**. Fonte: Nova Escola: <https://novaescola.org.br/base>

NOVA ESCOLA. (s.d.). **Quem Somos**. Fonte: Nova Escola: <https://novaescola.org.br/quem-somos>

OLIVEIRA, R. (2003). O empresariado industrial e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**(22), 47-60.

OLIVEIRA, R. D. (Jan/Fev/Mar/Abr de 2003). O empresariado industrial e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, 22, pp. 47-60.

PECK, D. (14 de agosto de 2015). **O currículo precisa preparar os alunos para a vida**. (M. p. Comum, Entrevistador)

PECK, D. (25 de Julho de 2015). **Uma comparação entre os currículos do Chile, EUA e Austrália**. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=8SIRboujJx8&feature=youtu.be>

PEREIRA, P. C. (24 de Abril de 2017). **Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF**. Fonte: Base Nacional Comum Curricular: <http://educacaoofiscal.gov.br/artigo-base-nacional-comum-curricular/>

PERONI, V. M., & CAETANO, M. R. (Jul/Dez de 2015). O público e o privado na educação: projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, v.9(n. 17), 337-352.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015). **Planalto Central**. Fonte: TÍTULO IV - Da Organização da Educação Nacional: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (25 de Junho de Lei nº 13.005, 2014). **Planalto Central**.
 Fonte: Plano Nacional de Educação: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (Redação da Lei nº 12.796, de 2013). **Planalto Central**.
 Fonte: Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

RAVITCH, D. (2011). **Vida e morte do grande sistema escola americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina.

SACRISTÁN, J. G. (2000). **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed.

SAVIANI, D. (1986). **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez.

SCHULTZ, T. W. (1967). **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SECRETARIAT OF THE INTERNATIONAL CONSULTATIVE FORUM ON EDUCATION FOR ALL. (1990). **World declation on education for all and framework for action to meet basic learning needs**. Jomtien, Thailand: UNESCO.

SILVA, E. C., & LENARDÃO, E. (2010). Teoria do Capital Humano e a Relação Educação e Capitalismo. **Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas SEPECH**, pp. 515-529.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. (11 de março de 2016).

THE CURRICULUM FOUNDATION. (s.d.). Our Vision. Fonte: The Curriculum Foundation: <https://www.curriculumfoundation.org/>

UNDIME - SP. (s.d.). **História**. Fonte: UNDIME - SP: <http://www.undime-sp.org.br/historia/>

UNESCO. (2015). **Redes UNESCO**. Fonte: REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/networks/specialized-communities/specialized-communities-ed/consed/>

UNESCO. (2016). **Glossário de Terminologia Curricular**. França: UNESCO no Brasil.

VEIGA, I. P. (1995). **Projeto político-pedagógico da escola**. Campinas, SP: Papirus.

ANEXOS 1 – Perguntas gerais retiradas do site do MBNC

PERGUNTAS GERAIS	
O que é a Base Nacional Comum Curricular?	Todos os alunos brasileiros, não importa onde moram ou estudam, têm o mesmo direito de aprender. A BNCC determina os conhecimentos e habilidades essenciais a serem desenvolvidos ao longo da Educação Básica. Prevista em lei, ela é referência obrigatória para todos os currículos de redes públicas e particulares do país.
Qual é o objetivo da BNCC?	Promover a equidade educacional, determinando com clareza o que todos os alunos brasileiros têm o direito de aprender. Ela serve como referência para os currículos de todas as redes, públicas e particulares, bem como para outros elementos do sistema educacional, tais como materiais didáticos e formação de professores.
A BNCC é obrigatória ou opcional?	A BNCC é obrigatória por lei. Está prevista na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Plano Nacional de Educação. Todas as redes públicas e particulares devem construir seus currículos tendo a BNCC como referência.
Qual é a diferença entre a BNCC e as atuais diretrizes curriculares?	O Brasil não tinha até hoje um referencial nacional claro e obrigatório, no que diz respeito a explicitar o que é de direito aprender na escola. A BNCC é obrigatória e traz objetivos de aprendizagem para cada ano escolar. Tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais quanto os Parâmetros Curriculares Nacionais serviram como ponto de partida para a elaboração da BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
E qual é a diferença entre BNCC e currículo?	A BNCC não é o currículo. Ela é referência obrigatória para a construção curricular. Os currículos das redes e os projetos pedagógicos das escolas devem conter os conhecimentos e habilidades explicitados na BNCC, mas vão além: incluem metodologias e abordagens pedagógicas e tratam de especificidades educacionais e

	culturais locais, como educação inclusiva, quilombola, indígena.
Como a BNCC foi construída?	O processo de elaboração e redação da BNCC durou cerca de três anos e teve como base a construção colaborativa, respeitando as leis educacionais vigentes no país. Foram consultadas diversas entidades representativas dos diferentes segmentos envolvidos com a Educação Básica: universidades, escolas, secretarias, entidades da sociedade civil, professores e especialistas em educação. Sua primeira versão, lançada em setembro de 2015, foi colocada em consulta pública entre os meses de outubro de 2015 e março de 2016 e teve mais de 12 milhões de participações. Em maio de 2016, uma segunda versão, incorporando o debate anterior, foi publicada e novamente discutida com 9 mil professores e gestores, em seminários organizados pelo Consed e pela Undime, em todos os estados, entre 23 de junho e 10 de agosto de 2016. A terceira e última versão foi entregue pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2017. O CNE, por sua vez, realizou cinco audiências públicas, uma em cada região do país, onde foram ouvidas 283 manifestações, além de terem sido recebidos 235 documentos com sugestões. A BNCC foi normatizada pelo CNE e homologada pelo MEC em dezembro de 2017.
Onde posso ler a BNCC?	Para ler as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental clique aqui. A parte do Ensino Médio está sendo debatida em audiências públicas do CNE e recebendo colaborações de todo o Brasil, por isso ainda não chegou em uma versão final. Você pode ler a versão atual clicando aqui.

O que são as 10 Competências Gerais citadas na BNCC?	As 10 Competências Gerais da BNCC aparecem no texto introdutório e transpassam as competências e habilidades específicas de todas as áreas e componentes. Juntas, essas 10 competências condensam a essência do que se deseja para a formação dos alunos. Por isso, elas devem orientar a reelaboração dos currículos, sendo trabalhadas durante todas as etapas da Educação Básica. As competências reforçam o desenvolvimento integral das alunas e alunos e ajudam a trabalhar o pensamento científico, crítico e criativo, o repertório cultural, a comunicação, a cultura digital, entre outros conhecimentos, habilidade, valores e atitudes que são indispensáveis para a formação plena do cidadão no século 21.
A BNCC elimina disciplinas?	Não. No texto do Ensino Fundamental, todas as disciplinas ou componentes são mantidos e organizados por áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas). No texto proposto para o Ensino Médio, e que ainda não foi homologado, as aprendizagens essenciais de todas as disciplinas aparecem organizadas por áreas. Com exceção de Língua Portuguesa e Matemática, que possuem habilidades específicas a serem desenvolvidas pelos alunos de acordo com a Lei do Novo Ensino Médio.

Fonte: (Movimento pela Base Nacional Comum)

ANEXO 2 – Orientações para reunião sobre currículo

SUGESTÃO DE PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NAS REUNIÕES PARA **DISCUSSÃO DO CURRÍCULO**



ANTES DAS REUNIÕES

- Definir qual o objetivo da reunião para nortear a preparação e realização;
- Escolher a(s) informações(s) que mais pode(m) mobilizar o grupo, considerando o perfil dos integrantes e da comunidade;
- Adequar os slides correspondentes a cada participante: há algo a acrescentar ou a rever?;
- Identificar e compartilhar os materiais de apoio que podem ajudar o desenvolvimento da reunião;
- Preparar o convite aos participantes e meio de envio. Informar a pauta da reunião e o objetivo;
- Organizar-se para registrar o encontro: separar papel e caneta, máquina fotográfica, flip chart para organizar as ideias e demais materiais que avaliar necessários.



DURANTE AS REUNIÕES

- Organizar o ambiente de forma a favorecer a interação espontânea entre os presentes (cadeiras em círculo, por exemplo);
- Compartilhar a proposta da BNCC e explicar o potencial de contribuição do grupo para a causa;
- Se houver tempo, é possível ler textos que tratam de algum aspecto da educação considerado relevante para reflexão sobre o tema;
- Anotar o que as pessoas dizem no quadro ou flip chart, se houver. Isso mostra valorização das visões de cada um, ajuda o grupo a visualizar o percurso da discussão ao final da reunião e pode ser útil depois para o registro;
- Quando o tempo estiver se aproximando do final, retomar o que foi dito e provocar o grupo a pensar em encaminhamentos práticos;
- Perguntar ao grupo o que achou da discussão e, se possível, propor que escolham a atitude a ser enfocada no próximo encontro;
- Compartilhar a experiência nas redes sociais



DEPOIS DAS REUNIÕES

- Agradecer ao grupo pelo debate e, quando possível, enviar um e-mail registrando os eventuais combinados;
- Compartilhar no portal da prefeitura, ou do estado, a experiência da reunião, relatando quantas pessoas participaram, qual(is) tema(s) debatido(s), uma declaração de algum participante e eventuais ideias de ações a serem desencadeadas;
- Acompanhar a execução dos encaminhamentos práticos levantados pelo grupo ou incentivar que aconteçam e sejam incorporados pelos participantes dos grupos.
- Incentivar também que troquem suas experiências em relação aos encaminhamentos práticos;
- Incentivar que os participantes do grupo levem os materiais para demais grupos que possam também participar ou formar.

Realização

MOVIMENTO
PELA BASE
NACIONAL COMUM



Apoio técnico

comunidade
educativa
CUBAC



Fonte: (Movimento pela Base Nacional Comum)